



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

PROJETO
PARTICIPAÇÃO
CIDADÃ

consórcio
IADH-DELOS



Projeto de Apoio ao
Fortalecimento da
Participação Cidadã
no Planejamento e
Monitoramento das Políticas,
Planos, Projetos no Governo
do Estado do Ceará

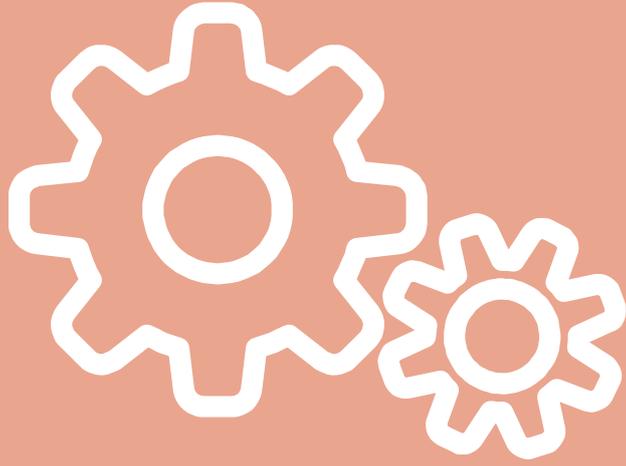
IMPLANTAÇÃO

PRODUTO 4

Plano de **IMPLANTAÇÃO** do Modelo de Gestão Participativa

AGO.2017







SISTEMA CEARENSE DE **PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**



1	INTRODUÇÃO	6
2	O DESENHO DO SISTEMA CEARENSE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ (SCPC)	8
3	A AMBIÊNCIA POLÍTICO - INSTITUCIONAL E ARRANJO INSTITUCIONAL	12
4	ETAPAS E RESULTADOS ESPERADOS	16
5	ETAPAS, ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES	20
	REFERÊNCIAS	26

SUMÁRIO // ANEXOS

ANEXO I - ESTRATÉGIAS E RECOMENDAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PLATAFORMA DIGITAL DE SUPORTE AO SISTEMA CEARENSE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	27
1. INTRODUÇÃO	28
2. ESTRATÉGIAS E RECOMENDAÇÕES SUGERIDAS	31
2.1. Framework a ser utilizado no desenvolvimento	32
2.2. Adoção de Metodologia Ágil no desenvolvimento	33
2.3. Contratação da equipe de desenvolvimento	33
2.4. Integração com os sistemas estruturadores do Estado	34
2.5. Integração com a mídia social e login único	34
2.6. Subtração de requisitos e incorporação de novos requisitos funcionais	35
2.7. Banco de dados geoespaciais	35
2.8. Requisitos não funcionais	36
3. REFERÊNCIAS	36
ANEXO II - PLANO DE COMUNICAÇÃO EM APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA CEARENSE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ – SCPC.	37
1. INTRODUÇÃO	38
2. ESTRATÉGIAS DE INTERNALIZAÇÃO	40
3. ESTRATÉGIAS DE SUPORTE À IMPLANTAÇÃO EXPERIMENTAL	43

ANEXO III - PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	47
1. INTRODUÇÃO	48
2. JUSTIFICATIVA	50
3. REFERÊNCIAS CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS	53
3.1. Formação / Capacitação	54
3.2. Princípios Metodológicos	55
3.3. A Formação continuada e seu papel	55
3.4. Qualificação e Capacitação	56
4. OBJETIVOS DO PROGRAMA E RESULTADOS ESPERADOS	58
4.1. Objetivos Finalísticos	59
4.2. Propósito do Programa	59
4.3. Resultados Esperados	59
5. NÚCLEOS TEMÁTICOS	60
6. PÚBLICOS	67
7. PROPOSTA DE CURSOS DE FORMAÇÃO PARA FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	68
7.1. Atividades do Curso na Modalidade Presencial	70
7.2. Atividades do Curso na Modalidade Virtual (a distância)	72
7.3. Atividades do Curso na Modalidade Mista	75
8. PROPOSTA DE AGREGAÇÃO DE MÓDULO COMPLEMENTAR AOS CURSOS DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE FORMAÇÃO PARA GESTORES PÚBLICOS DO ESTADO DO CEARÁ - PEFGP	78
9. GESTÃO DO CONHECIMENTO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO	82
10. GESTÃO E COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO	85
11. ORÇAMENTO E FONTES DE RECURSOS	87

01

INTRODUÇÃO

O objetivo do Produto 4 é apresentar o Plano de Implantação do Modelo de Gestão Participativa proposto (Produto 3). Segundo o Termo de Referência, este Plano “deverá contemplar:

- > O nivelamento das diversas equipes técnicas da SEPLAG, setoriais e gestores.
- > As estratégias diferenciadas de implementação, conforme o tipo de processo: elaboração e monitoramento do PPA participativo e regionalizado; elaboração e monitoramento de planos setoriais.
- > A indicação dos recursos necessários (humanos, materiais, tecnológicos, etc.).
- > O desenho do processo.
- > O plano de capacitação continuada.
- > O plano de comunicação”.

O referido Plano levou em consideração o estado atual das práticas de participação cidadã avaliadas (Produto 2), como marco zero referencial para implementação, o Sistema Cearense de Participação Cidadã, com seus princípios e dimensões (Produto 3), como modelo a ser buscado e construído, as lições aprendidas ao longo desse trabalho com a interação com gestores internos e atores externos, bem como com a realização de duas oficinas regionais executadas com o apoio metodológico e logístico desta Consultoria (Produto 5).

Além disso, necessário foi analisar a ambiência político-institucional no âmbito do Governo do Estado do Ceará no que se refere às condições necessárias para a posta em marcha do modelo de participação cidadã.

02

O DESENHO DO SISTEMA CEARENSE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A proposta é de criação do **SISTEMA CEARENSE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ** (SCPC), de caráter estadual, o qual tem como objetivo dar atuação sistêmica aos processos participativos existentes e aos novos processos criados para uma maior efetividade nas políticas públicas, programas e projetos no âmbito do Governo do Ceará.

Foram definidos os seguintes princípios para nortear o modelo de gestão participativa do Governo do Estado e orientar a sua implementação:

- Aderência ao modelo de gestão para resultados (GPR) adotado pelo Governo.
- O território como lócus protagonista da participação cidadã e do desenvolvimento sustentável.
- A implementação de formas descentralizadas de gestão política e administrativa.
- O exercício de estratégias e práticas de planejamento público participativo, considerando o ciclo completo da gestão e os diversos mecanismos de participação (PPA).
- O incremento da governança colaborativa e do controle cidadão.
- O fortalecimento do capital social e das competências humanas para a participação cidadã.
- O uso de ferramentas de tecnologia da informação e a estratégia de comunicação para ampliar a participação cidadã.
- Sistema compreendido pela sociedade como política de Estado: busca de sustentabilidade e institucionalização.

A implementação do modelo enquanto sistema propiciará a integração de diversos processos e ferramentas participativos e orientará a aprendizagem e a gestão desses processos com uma visão sistêmica.





Figura 1
Sistema Cearense de Participação Cidadã

>> Nesta perspectiva, o Sistema estabelece 06 dimensões que incorporam a participação cidadã no planejamento e monitoramento de políticas, programas e projetos:

- ✓ Dimensão PPA
- ✓ Dimensão Setorial
- ✓ Dimensão Territorial
- ✓ Dimensão Ouvidoria
- ✓ Dimensão Planejamento de longo prazo
- ✓ Dimensão de Suporte: Comunicação, Capacitação e Tecnologia da Informação

As duas primeiras dimensões dizem respeito à incorporação da participação em processos de planejamento já existentes, no caso o ciclo completo de planejamento e monitoramento do PPA e das Políticas Setoriais e/ou Transversais.

A terceira dimensão diz respeito aos processos de planejamento regional participativo, considerando as 14 regiões de planejamento do Estado, bem como a incorporação do enfoque territorial nos processos de planejamento e monitoramento das políticas públicas.

A quarta dimensão refere-se à Rede de Ouvidorias, que estabelece canal de relacionamento com o cidadão difuso, enquanto sociedade civil não organizada, e sistematiza informações relevantes para a melhoria dos processos de planejamento e gestão das políticas públicas.

A quinta dimensão trata da participação na construção de estratégias de desenvolvimento de longo prazo. Poderá ser exercitada a partir

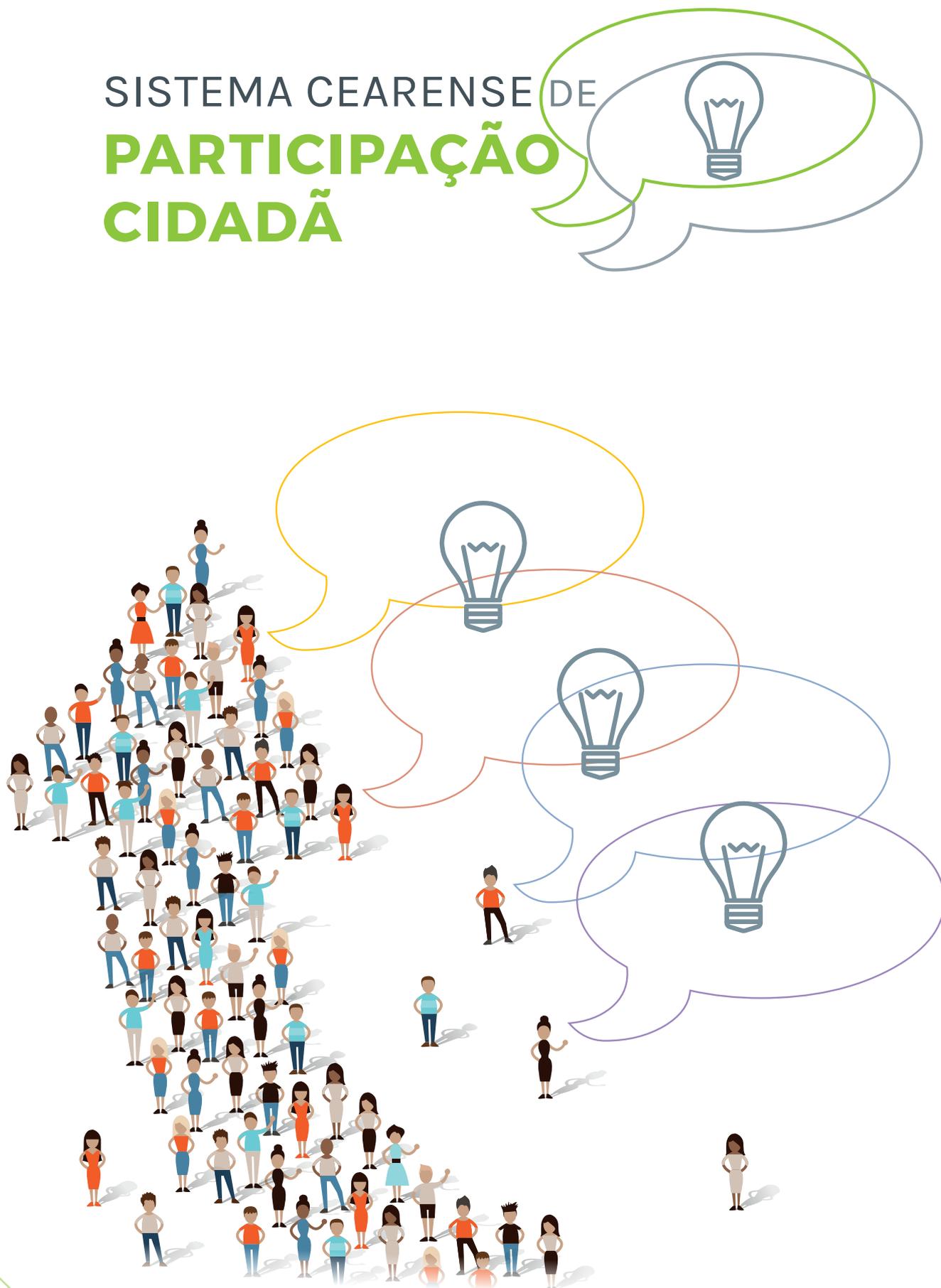
das estratégias delineadas nos “7 Cearás”, buscando criar canal de comunicação com a população acerca das políticas e ações governamentais organizadas nos sete eixos governamentais de articulação Intersetorial, bem como por ocasião da construção do novo Plano Estratégico.

Já a sexta dimensão trata dos processos e ferramentas de suporte à participação, compreendendo a estratégia de comunicação, as ações de formação / capacitação e o desenvolvimento e implantação de uma **PLATAFORMA DIGITAL DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ** (Dialoga Ceará) que oferece ferramentas digitais que facilitarão os processos participativos em todas as dimensões, de modo a fortalecer o diálogo entre o Governo e os cidadãos.

Ressalta-se a importância da Plataforma Digital como ferramenta estruturadora do Sistema e de integração das diversas iniciativas, criando novas formas de diálogo entre o Governo e os cidadãos e sua conexão com as redes sociais.



SISTEMA CEARENSE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ



03

A AMBIÊNCIA POLÍTICO- INSTITUCIONAL E ARRANJO INSTITUCIONAL

De modo geral, o Brasil encontra-se em uma profunda crise política e econômica e, porque não dizer, ética, a qual tem paralisado os governos e a sociedade. A sociedade em geral encontra-se decepcionada com a classe política e empresarial e estarecida com os escândalos de corrupção.

Existe uma descrença na capacidade da esfera governamental resolver as demandas sociais, o que reflete também na imobilização da sociedade para reagir a essa situação de crise. Cada um por si segue lutando para sobreviver, encontrar sua forma de sobrevivência, defender seus interesses. Cada um por si busca caminhos para visualizar o futuro incerto e traçar sua trajetória de vida e seu caminhar.

Em nível do Governo do Estado do Ceará, a gestão governamental busca seu equilíbrio fiscal, com medidas de austeridade administrativa, redução de gastos e mais eficiência da máquina pública. Atenção especial tem sido dada à segurança pública e educação, bem como à questão da segurança hídrica.

Ao contrário de outras unidades da Federação, o Governo do Estado tem se diferenciado e contabilizado inúmeras realizações em várias áreas da gestão pública, mas que não são destacadas pelas mídias convencionais e dificilmente chegam ao conhecimento da população.

Os meios de comunicação são pautados por grandes redes nacionais e temas nacionais e interesses corporativos, recheados de escândalos e agendas negativas que contaminam a energia de gestores, empreendedores e comunidades em nível estadual e local.

As mídias sociais se ampliam em termos de acesso e tamanho, diversificação de pautas, ferramentas de marketing digital e formadores de opinião, mas ainda são influenciadas pelo negativismo imperante dos escândalos de corrupção e crise política nacional.

>>

>> A população parece estar arrependida de seu voto; mais ainda, está descrente na classe política para representá-la em um regime democrático.

Se por um lado a população está cansada e decepcionada para participar como cidadão pelas vias convencionais da democracia representativa, ela está ansiosa para se manifestar, protestar e propor ideias que contribuam para o desenvolvimento do País e do nosso Estado. Ela anseia por justiça, mas anseia também por correção de rumos e por uma gestão pública que apresente resultados e seja pautada na ética e transparência. Ela precisa participar e voltar a acreditar em alguma coisa, sobretudo no seu poder de cidadão.

Assim, acreditamos que a posta em marcha do Sistema Cearense de Participação Cidadã encontrará essa ambiência política externa, a qual precisa ser considerada.

No âmbito interno da gestão pública, parecer haver também um certo desânimo dos gestores e técnicos, contaminados por essa ambiência política externa negativa e pelas medidas de contenção necessárias dela decorrentes. Entretanto, são nos momentos de crise que o Governo precisa inovar e injetar novos elementos para aperfeiçoamento das políticas públicas.

O SCPC é, portanto, uma oportunidade para ampliar a comunicação do Governo com a população, seja através da melhoria dos canais de participação convencionais, seja abrindo novos canais que se comunicam com as mídias sociais, estabelecendo diálogo direto com o cidadão e a sociedade civil organizada, perpassando as diversas áreas do governo.

A Plataforma Digital que estrutura e dá vida ao Sistema potencializará a participação cidadã na dimensão setorial (temas das secretarias setoriais), na dimensão intersetorial (eixos dos 7 Cearás), na dimensão territorial (governança colaborativa nas 14 regiões) e na dimensão do planejamento público (PPA participativo e regionalizado). Também deverá colaborar no processo de planejamento de longo prazo por ocasião da construção participativa do Plano Estratégico Ceará 2050.

Para que o SCPC seja implementado com sucesso é necessário definir um arranjo institucional adequado e com poder de decisão e competência para coordenação da sua posta em marcha até sua fase de institucionalização.

Propõe-se que seja criado, por decreto do Governador, Grupo de Trabalho Intersetorial, responsável pela fase de implantação do Modelo no período de 6 meses, tempo necessário para o desenvolvimento tecnológico da Plataforma e primeiros exercícios práticos de participação cidadã em cada uma das dimensões do modelo, conforme mais detalhado nas seções seguintes. Após esse período o GT faria uma avaliação dos resultados alcançados e proposição de medidas para sua institucionalização, ampliação e consolidação.

O GT deveria ser coordenado pela Casa Civil, com a participação do Gabinete do Governador, SEPLAG, Secretaria de Desenvolvimento Agrário e CGE, sendo as três últimas Secretarias os gestores de dimensões e processos essenciais que estruturam o SCPC (Planejamento público, ouvidoria, desenvolvimento territorial).

Compete ao GT iniciar a implantação do modelo, de forma experimental, com base nas recomendações deste Plano de Implementação validado, com as seguintes atribuições específicas:

- Viabilizar e acompanhar a contratação da Plataforma Digital de Participação Cidadã, com base no Relatório de Requisitos e Recomendações para o seu Desenvolvimento já validado.
- Apoiar a configuração da Rede Cearense de Participação Cidadã composta inicialmente por pontos focais nas secretarias que compõem o GT, pontos focais em cada secretaria setorial, pontos focais em cada região (território), governanças dos pactos dos 7 Cearás a serem envolvidas, representantes de todos os conselhos de políticas públicas já mapeados pela Consultoria.
- Viabilizar e acompanhar o exercício prático da participação cidadã em cada uma das dimensões, enquanto primeiro ciclo de implementação: uma secretaria setorial, um território e feedback para população da revisão do PPA 2017.
- Promover a articulação entre o SCPC e o desenvolvimento do Sistema de Relacionamento com o Cidadão (Ouvidoria) a cargo da CGE.
- Promover a articulação entre o SCPC e o desenvolvimento do Plano Estratégico Ceará 2050.
- Viabilizar e acompanhar a execução das ações de capacitação para os atores inicialmente envolvidos nesta etapa de implementação (curso presencial e a distância).
- Promover ações de comunicação previstas nesta etapa de implementação.

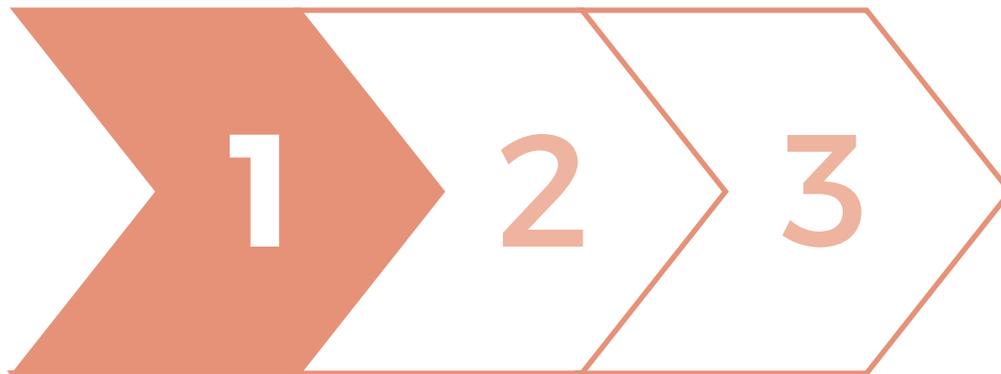
O prazo de atividades do GT deverá ser de 6 meses, quando elaborará Relatório Propositivo contendo avaliação das ações executadas nesse período, recomendações para a consolidação do Sistema (alocação de recursos no PPA – Orçamento - MAPP com estratégias de implementação, ações, resultados e metas), bem como a sua institucionalização (Lei ou Decreto institucionalizando o SCPC e definindo arranjo organizacional e atribuições).

A Plataforma Digital que estrutura e dá vida ao Sistema potencializará a participação cidadã na dimensão setorial (temas das secretarias setoriais), na dimensão intersetorial (eixos dos 7 Cearás), na dimensão territorial (governança colaborativa nas 14 regiões) e na dimensão do planejamento público (PPA participativo e regionalizado).

04

ETAPAS E **RESULTADOS** ESPERADOS

O Plano de Implementação foi recortado em três etapas a seguir, com os seguintes resultados esperados:



ETAPA 1

Implantação e Estruturação do Sistema

Outubro/2017 a Março/2018

Resultados Esperados:

- > Grupo de Trabalho Intersetorial constituído e coordenando a posta em marcha do Modelo de Participação Cidadã.
- > Plataforma Digital de Participação Cidadã desenvolvida.
- > Dimensão Setorial do Modelo exercitada em uma secretaria setorial¹.
- > Dimensão Territorial do Modelo exercitada em uma região (território)².
- > Devolutiva da revisão do PPA 2017 às regiões realizada.
- > Plano Estratégico utilizando recomendações do Modelo³.
- > Rede Cearense de Participação Cidadã constituída (com pontos focais de cada dimensão nesta fase experimental)
- > Curso de Formação em Participação Cidadã – primeira turma presencial – realizado.

¹ Sugere-se também em vez de selecionar uma secretaria setorial, exercitar o modelo em um processo de planejamento que esteja latente na atual gestão, a exemplo do Plano Estadual de Combate à pobreza, o qual envolverá várias secretarias e se conectará com a dimensão territorial.

² Da mesma forma, na dimensão territorial, em vez de selecionar um território um processo convencional de elaboração de Plano Territorial, poderia-se exercitar a construção de agendas territoriais do Plano Estadual de Combate à Pobreza em todas as regiões, as quais deveria ter ações de dinamização econômica, ações de inclusão produtiva e ações de assistência e combate à pobreza.

³ Na dimensão Longo Prazo, além da articulação com o processo de elaboração do novo Plano Estratégico, poderia-se exercitar o modelo de participação cidadã na animação de um Pacto dos 7 Ceará, a exemplo do Ceará Sustentável que acaba de ser lançado



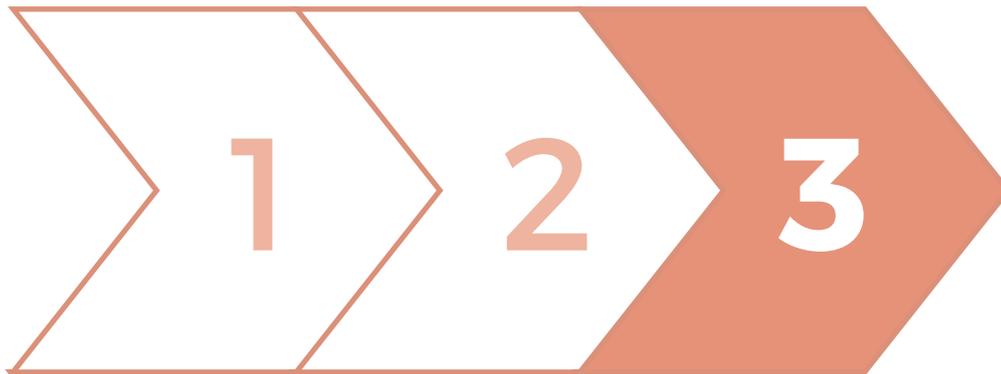
ETAPA 2

Institucionalização e Desenvolvimento

Abril/2018 a Dezembro/2018

Resultados Esperados:

- > Lei institucionalizando o Sistema aprovada e sancionada, com a criação do Gabinete Digital de Participação Cidadã como instância de coordenação.
- > Plataforma Digital adequada para promover diálogos setoriais e temáticos.
- > Plataforma digital adequada às demandas do PPA participativo.
- > Plataforma digital sendo utilizada pelas instâncias de governança territorial em 7 regiões.
- > Plataforma digital sendo utilizada por 7 secretarias setoriais.
- > Rede Cearense de Participação Cidadã animada pela Plataforma Digital.
- > Curso de formação em participação cidadã incorporado ao Programa de Formação de Gestores no formato presencial e a distância.
- > Relatório de avaliação da implementação do SCPC elaborado e publicizado.



ETAPA 3

Consolidação e Novo Ciclo de Planejamento

Janeiro/2019 a Dezembro/2022

Resultados Esperados:

- > Agenda de implementação da metodologia participativa do PPA 2020-23 sistematizada e divulgada tempestivamente.
- > Processos de elaboração e monitoramento do PPA integrados e adaptados ao SCPC e suas ferramentas digitais.
- > Processos de planejamento das secretarias setoriais integrados e adaptados ao SCPC e suas ferramentas digitais.
- > Processos de planejamento do desenvolvimento territorial (regional) integrados e adaptados ao SCPC e suas ferramentas digitais.
- > Governo utilizando a Plataforma Digital para promover diálogos setoriais e temáticos.
- > Relatório de Avaliação da implementação do SCPC elaborado e publicizado.

05

ETAPAS, ESTRATÉGIAS E **ATIVIDADES**

ETAPA 1

Implantação e Estruturação do Sistema



Outubro/2017 a Março/2018

DIMENSÃO TRANSVERSAL		
ESTRATÉGIA	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS EXECUTORES
Criação de Núcleo Gestor do Sistema Cearense de Participação Cidadã	<ul style="list-style-type: none"> Decreto constituindo Grupo de Trabalho Multisetorial para coordenar a implantação do SCPC pelo prazo de 6 meses (vide atribuições na seção anterior); Indicação dos membros e instalação do GT; Elaboração de plano de trabalho do GT; Elaboração do relatório propositivo do GT; Inclusão das ações de implantação e gestão do SCPC no PPA, orçamento e MAP. 	Gabinete do Governador, Casa Civil e SEPLAG, SDA e CGE
Viabilizar a contratação e desenvolvimento da plataforma	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de edital; Alocação de recursos (MAP); Contratação de consultoria especializada; Capacitação para uso da Plataforma (núcleo gestor e pontos focais) 	SEPLAG - ETICE
Formação / capacitação	<ul style="list-style-type: none"> Articular a incorporação do Plano de Formação em Participação Cidadã no Programa de Formação de Gestores pela Escola de Gestão Pública Realização de curso de formação presencial- 1ª turma - visando a efetividade das ações estruturadoras do SCPC (núcleo gestor, pontos focais, rede de planejamento SEPLAG) Preparação do curso de formação a distância, para ser executado em etapas posteriores 	SEPLAG - Escola de Gestão Pública (EGP)
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilização de assessores de comunicação das setoriais para compreensão e fortalecimento do SCPC (7 setoriais prioritárias); Instrumentos de comunicação com interlocutores/ governança regional território selecionado (peça publicitária eletrônica) Criação do comitê de comunicação (territorial e governamental) Preparação de materiais e estratégias de divulgação do SCPC (identidade visual, tutorias, notícias sobre esta fase da implantação;/GT) 	GABGOV - Comunicação e GT
Avaliação e Proposições	<ul style="list-style-type: none"> Oficina de Avaliação com atores envolvidos nas ações estruturadoras, segundo as dimensões do SCPC Relatório propositivo para institucionalização do modelo a ser apresentado e validado pela Governadoria, inclusive minuta de Lei institucionalizando o Sistema 	GT - Casa Civil

ETAPA 1

Implantação e Estruturação do Sistema

Outubro/2017 a Março/2018

DIMENSÃO	ESTRATÉGIA	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS EXECUTORES
PPA	Feedback das oficinas de monitoramento e da revisão do PPA às regiões	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão das lições aprendidas das oficinas de monitoramento e revisão do PPA; • Devolutiva às Regiões: conteúdos, meios de comunicação e atores-interlocutores. 	SEPLAG
Planejamento de longo prazo	Articulação do Modelo de Participação Cidadã com a metodologia de elaboração do Plano Estratégico Ceará 2050 e-ou Pacto de um dos Eixos dos 7 Cearás.	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão no TOR/contratação de menção ao SCPC; • Reuniões de apresentação do SCPC à consultoria vencedora do Plano Estratégico 	SEPLAG
Setorial	Aplicar o Modelo de Participação Cidadã a um processo de planejamento setorial em execução em uma secretaria (Plano, Conselho e Conferência), ou processo de planejamento multisetorial (Plano Estadual de Combate à Pobreza).	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar uma secretaria • Reunião com equipe de gestores da Secretaria • Reunião com o Conselho de Política setorial • Discutir elementos de teste, processos e ferramentas do Modelo possíveis de aplicação nesta secretaria • Viabilizar ações de capacitação necessárias 	SEPLAG Secretaria(s) Setorial(ais)
Territorial	Exercitar em uma região a estruturação da Governança Territorial e do processo de elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento e-ou agenda (s) territorial (ais) de combate à pobreza	<ul style="list-style-type: none"> • Definição pela SEPLAG de um coordenador responsável pela animação do planejamento regional. • Elaboração de um termo de referência para firmar convênio de parceria com uma universidade com dois focos: i) construção de instância de governança participativa; ii) construção participativa do Plano Territorial, com ênfase na dinamização econômica da região e redução da pobreza. • Acompanhamento das ações na região e articulação institucional das secretarias e órgãos do Governo para apoiar o processo. 	SEPLAG, SDA e Universidade(s) Conveniada (s)

ETAPA 2

Institucionalização e Desenvolvimento



Abril/ 2018 a Dezembro/2018

DIMENSÃO TRANSVERSAL		
ESTRATÉGIA	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS EXECUTORES
Institucionalização do SCPC via Projeto de Lei	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração da minuta da Lei • Discussão com o poder legislativo e audiência pública • Solenidade de sanção da Lei 	GT-Casa Civil
Estruturação do Gabinete Digital de Participação Cidadã (núcleo gestor do SCPC)	<ul style="list-style-type: none"> • Sala equipada • Equipe técnica (1 coordenador, 1 especialista planejamento participativo, 1 webdesigner, 1 suporte, 1 comunicação) 	Casa Civil
Ampliação de usos da Plataforma Digital (desenvolvimento dos requisitos adicionais) e integração de dados com sistema de relacionamento da CGE e outros sistemas do Governo	<ul style="list-style-type: none"> • Exercitar novas possibilidades de uso da Plataforma e integração de base de dados entre sistemas; 	SEPLAG e Gabinete Digital
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar e testar recursos de website, webrádio e webtv • Treinar comitê (s) de comunicação (território e governamental) 	Gabinete Digital
Formação / Capacitação	Ações de formação continuada, inclusive à distância (vide anexo III)	SEPLAG-EGP
Realizar processo de avaliação da implementação do SCPC	<ul style="list-style-type: none"> • Definir indicadores-medição da participação • Oficina de avaliação com a Rede Cearense de Participação Cidadã 	SEPLAG e Gabinete Digital

ETAPA 2

Institucionalização e Desenvolvimento

Abril/ 2018 a Dezembro/2018

DIMENSÃO	ESTRATÉGIA	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS EXECUTORES
PPA	Disponibilizar ambientes digitais da Plataforma para elaboração e monitoramento do PPA.	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão das lições aprendidas das oficinas de monitoramento e revisão do PPA; • Devolutiva às Regiões: conteúdos, meios de comunicação e atores-interlocutores. 	GT-Casa Civil
Planejamento de longo prazo	Disponibilizar ambientes digitais da Plataforma para elaboração do Plano Estratégico Ceará 2050.	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão no TOR/contratação de menção ao SCPC; • Reuniões de apresentação do SCPC à consultoria vencedora do Plano Estratégico 	Casa Civil
Setorial	Integrar os processos de elaboração / monitoramento / avaliação dos Planos Setoriais com o Sistema Cearense de Participação Cidadã.	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar uma secretaria • Reunião com equipe de gestores da Secretaria • Reunião com o Conselho de Política setorial • Discutir elementos de teste, processos e ferramentas do Modelo possíveis de aplicação nesta secretaria • Viabilizar ações de capacitação necessárias 	SEPLAG e Gabinete Digital
Territorial	Consolidar o processo de Planejamento Regional e Governança Territorial e sua integração à Plataforma Digital e aos processos do PPA e Planos Setoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do modelo para as demais regiões-novos convênios, com uso da Plataforma Digital; • Acompanhamento dos Planos / Governanças Regionais e • Articulação Institucional 	SEPLAG, SDA e Universidades

ETAPA 3

Consolidação e Novo Ciclo de Planejamento



Janeiro 2019 a Dezembro 2022

DIMENSÃO	ESTRATÉGIA	ATIVIDADES	RESPONSÁVEIS EXECUTORES
Transversais	Formação / Capacitação	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de capacitação continuada, inclusive com uso da plataforma 	SEPLAG-EGP
	Realizar processo de avaliação da implementação do SCPC	<ul style="list-style-type: none"> • Definir indicadores-medição da participação; • Oficina de avaliação com a Rede Cearense de Participação Cidadã 	Gabinete Digital de Participação Cidadã e SEPLAG
PPA	Exercitar o novo processo metodológico do PPA ciclo 2020 a 2023 com uso da Plataforma Digital	<ul style="list-style-type: none"> • Guia metodológico, conferências digitais, consultas e priorização de propostas 	SEPLAG e Gabinete Digital de Participação Cidadã
Planejamento de longo prazo	Integrar o processo de monitoramento do Plano Estratégico Ceará 2050 com o Sistema Cearense de Participação Cidadã.	<ul style="list-style-type: none"> • Definição do Processo metodológico de participação com uso da Plataforma na construção do Plano Estratégico 	SEPLAG, Gabinete Digital de Participação Cidadã e consultoria do Plano Ceará 2050
Setorial	Integrar os processos de elaboração/ monitoramento/ avaliação dos Planos Setoriais com o Sistema Cearense de Participação Cidadã.	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de guia metodológico de participação com uso da Plataforma na elaboração e monitoramento de planos setoriais 	SEPLAG e Gabinete Digital de Participação Cidadã e Rede de Planejamento animada pela SEPLAG
Territorial	Consolidar o processo de Planejamento Regional e Governança territorial e sua integração ao processo do PPA e Planos Setoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do modelo para as demais regiões-novos convênios; • Acompanhamento dos Planos/ Governanças Regionais e Articulação Institucional 	SEPLAG, SDA e Universidades

ANEXOS





ANEXO I

Estratégias e
recomendações
para contratação e
desenvolvimento
da **PLATAFORMA**
DIGITAL de Suporte
ao Sistema Cearense
de Participação
Cidadã



01

INTRODUÇÃO

Este documento visa estabelecer estratégias e recomendações para o desenvolvimento da Plataforma Digital de suporte ao Sistema Cearense de Participação Cidadã – SCPC, de forma a garantir um produto de qualidade que venha a atender os requisitos especificados no Produto 3 deste Projeto¹.





Figura 1
Diagrama do Sistema Cearense de Participação Cidadã

>> Conforme descrito no Relatório de Requisitos citado adotou-se como premissa que a plataforma será um portal Web que deve contemplar, para cada dimensão do SCPC – Figura 1, as funcionalidades de participação e controle social e construção e divulgação de informações. A escolha da tecnologia Web vem atender muito bem aos requisitos de mobilidade e interoperabilidade, sendo perfeitamente adaptável tanto aos sistemas operacionais de desktop quanto aos sistemas móveis.

Adicionalmente às funcionalidades de divulgação de informações e participação e controle social a Plataforma possibilitará conexões com os principais sistemas estruturadores do Governo do Estado (Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro - SIOF, Sistema Integrado de Monitoramento e Acompanhamento – SIMA, Sistema Integrado de Acompanhamento de Programas e Projetos – SIAP, etc.).



Figura 2
Plataforma Dialoga Ceará

Outra funcionalidade prevista é a extração de dados, o que possibilita a integração com os mais diversos sistemas de Governo, auxiliando o gestor público na tomada de decisões.

Esta Plataforma Digital deverá se conectar às principais redes sociais da atualidade (Facebook®, Twitter®, WhatsApp®, Youtube® etc.) de modo a permitir o compartilhamento de conteúdos e o registro de usuário podendo ser realizado por meio da conta do Facebook®, Google® ou mesmo do Governo do Estado – Figura 2.

Conforme descrito no Relatório de Requisitos, a Plataforma Digital atenderá também às necessidades digitais de informação, de expressão e de diálogo demandados pela Estratégia de Comunicação definida para o Modelo de Participação Cidadã, de forma complementar e inovadora.

Dentre as principais facilidades e recursos de comunicação podemos citar:

ESPAÇO PARA INFORMAÇÕES TÉCNICAS

indicadores, planos (PPA, setoriais e territoriais), monitoramento dos planos, legislação, artigos, estudos e pesquisas de interesse estadual, setorial ou territorial.

JORNALISMO

notícias, clipping e temas na mídia.

WEBRADIOS

WebRadios nos territórios para informativos, músicas, rodas de conversa e utilidade pública.

WEBTV

transmissão de eventos, banco de vídeos e tutoriais em vídeo para utilização pelas diversas dimensões do Modelo.

TUTORIAIS

Tutoriais para os diversos atores envolvidos no processo de participação cidadã.



02

ESTRATÉGIAS E RECOMENDAÇÕES SUGERIDAS

Elencamos a seguir algumas estratégias e recomendações visando se obter um produto de qualidade de forma a atender com êxito os objetivos dessa Plataforma Digital:



2.1 FRAMEWORK A SER UTILIZADO NO DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento com base em sistemas de gerenciamento de conteúdo ou Content Management System (CMS) é sugerido para a criação da plataforma em virtude da facilidade e, por conseguinte, velocidade em que os conteúdos podem ser disponibilizados ao cidadão, além da grande flexibilidade e escalabilidade que esses sistemas propiciam à equipe de desenvolvimento WEB.

Relativo às soluções disponíveis no mercado, inúmeras são as opções, mas para restringir o escopo é exibida, na Figura 3 abaixo, os 10 CMS mais utilizados, de acordo com a pesquisa realizada pelo site WebsiteSetup (<https://websitesetup.org/popular-cms/>).

A grande vantagem desse tipo de sistema é a utilização de plugins ou objetos prontos que agregam funcionalidades extras, como, por exemplo, formulários de contato, compartilhamento de conteúdo, além de temas, análise de uso da plataforma, etc. Cada CMS tem suas vantagens e devem ser analisadas para se adequar aos prazos, requisitos e funcionalidades desejadas pelo Governo.

Enfim, a utilização dos Sistemas de Gerenciamento de Conteúdo não apenas facilita e agiliza o desenvolvimento do produto, mas permite direcionar o esforço para o que é mais importante, o conteúdo da Plataforma. No entanto, a utilização de um CMS não elimina a necessidade de programação, mas a reduz sensivelmente.

Figura 3
Os 10 CMS mais utilizados

#	WEBSITES USING	MARKET SHARE %	ACTIVE SITES	# OF WEBSITES IN MILLION
1	 WordPress	58.8 %	20,580,941	311,682
2	 Joomla	6.5 %	2,486,271	26,474
3	 Drupal	4.8 %	1,194,014	31,218
4	 Blogger	2.5 %	798,125	21,205
5	 Magento	1.5 %	501,036	18,897
6	 TYPO3	1.5 %	425,730	8,481
7	 Bitrix	1.4 %	217,541	4,057
8	 PrestaShop	1.3 %	250,000+	3,888
9	 Shopify	1.3 %	201,900	8,590
10	 Squarespace	1 %	233,752	8,440

2.2 ADOÇÃO DE METODOLOGIA ÁGIL NO DESENVOLVIMENTO

Sugere-se como estratégia de desenvolvimento utilizar-se de técnicas e práticas de Metodologia Ágil, portanto de modo iterativo e incremental.

Para este tipo de projeto de software o modelo de desenvolvimento baseado nas metodologias SCRUM+Kanban permite excelentes resultados em um curto intervalo de tempo, pois a filosofia “Libere cedo Entregue sempre” direciona as entregas para aquilo que o cliente realmente precisa, possibilitando inclusive maior flexibilização e ajustes nos requisitos entregues em cada iteração do processo de desenvolvimento.

A sugestão de classificar os requisitos funcionais indicados no Produto 3 – Relatório de Requisitos é uma proposta para que oriente a equipe de desenvolvimento ao selecionar os requisitos para as primeiras iterações. Desta forma os requisitos classificados como “Essenciais” devem ser desenvolvidos prioritariamente aos requisitos “Importantes” e estes em relação aos “Desejáveis”

2.3 CONTRATAÇÃO DA EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO

A equipe que se responsabilizará pelo desenvolvimento desta Plataforma deverá ter experiência em frameworks do tipo CMS e no uso de Metodologias ágeis no desenvolvimento de projetos de software.

Em sendo contratado por terceiros este pré-requisito deverá constar no edital de licitação. No edital deverá constar o repasse da tecnologia para uma equipe própria do Governo do Estado, a qual deverá assumir a manutenção da plataforma e evoluções futuras.

Uma alternativa a ser avaliada seria a de contratar o Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda responsável por desenvolver e manter sistemas da Administração Federal. Como vantagens citamos a experiência exitosa no desenvolvimento das plataformas DIALOGA BRASIL e PARTICIPA.BR para a Secretaria Geral da Presidência da República e a não exigência de processo licitatório para sua contratação por órgãos públicos, uma vez que permite sua dispensa por lei.

2.4 INTEGRAÇÃO COM OS SISTEMAS ESTRUTURADORES DO ESTADO

O Relatório de Requisitos considerou como requisito funcional a necessidade da Plataforma ter conexão com outros sistemas estaduais de participação social (Sistema de Ouvidoria - SOU, Sistema Público de Relacionamento, etc.) e com os principais sistemas estruturadores de Governo (Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro - SIOF, Sistema Integrado de Monitoramento e Acompanhamento – SIMA, Sistema Integrado de Acompanhamento de Programas e Projetos – SIAP, etc.).

Para tal estão previstas funcionalidades de extração de dados, o que possibilitará a integração com os mais diversos sistemas de Governo, auxiliando o gestor público na tomada de decisões.

Para viabilizar as integrações se faz necessário que se compatibilizem as estruturas de dados entre os diversos sistemas estruturadores do Governo.

2.5 INTEGRAÇÃO COM A MÍDIA SOCIAL E LOGIN ÚNICO

A Plataforma Digital deverá estar conectada às principais redes sociais da atualidade (Facebook®, Twitter®, WhatsApp®, Youtube®, etc.), de forma a permitir o compartilhamento de conteúdos e o registro de usuário poderá ser realizado por meio da conta do Facebook®, Google® ou mesmo do Governo do Estado.

Recomenda-se que o Governo do Estado desenvolva um componente específico padrão único para acesso aos diversos sites do Governo, de forma a facilitar o dia-a-dia dos diversos usuários e a própria gestão dos administradores dos diversos sites e sistemas do Estado. Trata-se de uma tendência universal, que vem sendo perseguida por diversas organizações públicas ou privadas.

2.6 SUBTRAÇÃO DE REQUISITOS E INCORPORAÇÃO DE NOVOS REQUISITOS FUNCIONAIS

É importante ressaltar que as funcionalidades especificadas, embora sejam sugeridas para as dimensões e seus atores, não necessariamente deverão ser impositivas para suas utilizações, devendo ser utilizadas conforme disponibilidade de recursos de infraestrutura ou conveniências em cada evento ou processo de participação, o que deverá ser avaliado caso a caso.

Vale ainda ressaltar que este relatório buscou realmente contemplar um considerável conjunto de requisitos, os quais entende-se serem plenamente suficientes para uma plataforma di-

gital desse porte e abrangência funcionar a contento. Entretanto, novos requisitos poderão vir a ser incorporados quando da fase de licitação e detalhamento dos mesmos, da mesma forma que certos requisitos poderão ser preteridos nas versões iniciais, dependendo de disponibilidade de recursos, principalmente.

Para facilitar a decisão do que deverá ser contemplado nas primeiras versões, priorizamos na Seção 2.3.3 do Relatório aqueles requisitos que são essenciais para que a Plataforma funcione.

2.7 BANCO DE DADOS GEOESPACIAIS

É desejável que a plataforma possua um banco de dados capaz de armazenar informações geoespaciais, tais como o PostGIS, Oracle Spatial Database, MS SQL Server com ESRI SDE ou IBM DB2 Spatial Extender, a ser adotado conforme os padrões, conhecimento e experiência do Governo do Estado.

Dessa forma, será possível fazer integrações com outros sistemas georreferenciados e possibilitar recuperação de informações por localizações e mapas

2.8 REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

Os requisitos não funcionais têm um caráter universal, ou seja, são normalmente válidos para todo e qualquer software de qualidade, independentemente de sua natureza.

Notadamente esta Plataforma necessitará atender a todas as características não-funcionais de forma integral, sendo, portanto, sugerida uma análise, no início do projeto, pela equipe responsável pelo seu desenvolvimento.

Entretanto, para o caso da Plataforma Digital, devido a suas características de grande número de usuários em potencial (todos os cidadãos cearenses), abrangência geográfica (todo o território do Estado, podendo extrapolar), necessidade de muitos recursos de armazenamento, facilidade de uso pelo cidadão comum, garantia de tempos de resposta aceitáveis, critérios de segurança de acesso, recomenda-se atenção especial para os seguintes requisitos não-funcionais: Navegabilidade, Portabilidade, Escalabilidade, Interoperabilidade, Desempenho e Segurança, conforme detalhado no Relatório de Requisitos – Produto 3.

Adicionalmente a estes requisitos citados, sugerimos atentar para que a Plataforma seja um site flexível, que automaticamente se encaixe no dispositivo do usuário (PC, celular, tablet, etc), mudando a sua aparência e disposição com base no tamanho da tela em que o site é exibido.

É importante também atentar para que a Plataforma Digital atenda às orientações do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), que consiste em um conjunto de recomendações a serem consideradas para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação.

É importante registrar ser fundamental a realização exaustiva de testes de aceitação dos requisitos não-funcionais, de forma a evitar surpresas desagradáveis que venham a comprometer sua qualidade no uso e desempenho.

REFERÊNCIAS

Relatório de Requisitos ao Desenvolvimento da **PLATAFORMA DIGITAL** para suporte ao Sistema Cearense de Participação Cidadã – Produto 3

eMAG - **Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**

<http://emag.governoeletronico.gov.br/>



ANEXO II

**PLANO DE
COMUNICAÇÃO**
em Apoio à
Implementação
do Sistema
Cearense de
Participação
Cidadã -
SCPC



01

INTRODUÇÃO

O Plano que se segue tem por objetivo geral definir estratégias e ações de comunicação em apoio à implementação do Sistema Cearense de Participação Cidadã (SCPC).

O Sistema contará com o suporte de uma Plataforma Digital a ser desenvolvida na tecnologia web pelo fato de melhor atender aos requisitos de mobilidade e interoperabilidade, sendo perfeitamente adaptável tanto aos sistemas operacionais de *desktop* quanto aos sistemas móveis.



>> A Plataforma Digital deverá estar conectada às principais redes sociais da atualidade (Facebook®, Twitter®, WhatsApp®, Youtube® etc.), de forma a permitir o compartilhamento de conteúdos e o registro de usuário poderá ser realizado por meio da conta do Facebook®, Google® ou mesmo do Governo do Estado.

Conforme consta do Relatório de Requisitos da Plataforma, esta disponibilizará dois tipos de funcionalidades:

A primeira mais relacionada à participação e controle social, tais como consultas, conferências e audiências públicas virtuais, bem como comunidades e fóruns de discussão a fim de construir consensos, votar e priorizar propostas, registrar *feedbacks*.

A segunda funcionalidade busca atender as necessidades dos processos de comunicação e capacitação, provendo os recursos necessários para sua execução, dentre os quais destacam-se:

- Publicação de notícias;
- Clipping;
- Ambientes de webRadio e webTV;
- Salas de webconferência;
- Banco de vídeos e imagens;
- Tutoriais.

O Plano de Comunicação foi pensado em duas linhas estratégicas, sendo a primeira com foco na entrega / internalização do Modelo, mesmo antes do desenvolvimento da Plataforma Digital, e a segunda com foco na sua implementação, inclusive testes de uso na Plataforma Digital.

Entenda-se entrega / internalização como a estratégia de retorno e compartilhamento do Modelo do SCPC junto aos públicos diretamente envolvidos com a sua construção e responsáveis pela sua implementação e utilização.

Entenda-se implementação como as indicações que se fazem para colocar em marcha o Modelo, inicialmente, exercitando processos de participação cidadã nas dimensões do PPA, em uma secretaria e em um território (região de planejamento).

O referido Plano leva em consideração os princípios da comunicação pública e de base territorial; dados da situação social, econômica, política e cultural do Estado; e as informações colhidas junto a atores sociais e agentes públicos, durante o acompanhamento de duas oficinas de monitoramento do PPA Participativo, realizados em junho de 2017, nas regiões do Maciço de Baturité e da Grande Fortaleza.



02

ESTRATÉGIAS DE INTERNALIZAÇÃO

Inclui procedimentos de entrega e apresentação do SCPC e do seu Plano de Implementação, em que são apresentados os objetivos e metas a serem cumpridos, como condição à sua implementação.



>> Nesta primeira fase de preparação para implementação, a transferência da tecnologia de planejamento participativo do Estado será mais focada nos agentes públicos e se dará de forma mais “teórica”, ficando a forma mais “prática” para a fase seguinte, já que não podemos contar ainda com a Plataforma Digital.

Os públicos-alvo formam dois corpos em busca de integração. São ideias-força a *transferência* e a *apropriação*.

PÚBLICO-ALVO

ATORES SOCIAIS - Grupos de interlocutores representantes das 14 regiões de planejamento e representantes da sociedade civil nos conselhos de políticas públicas de âmbito estadual.

AGENTES PÚBLICOS - Gestores da SEPLAG, ETICE e EGP; Rede de Planejamento coordenada pela Secretaria do Planejamento e Gestão; Membros do Grupo de Trabalho (embrião do Núcleo Gestor do SCPC); assessores de comunicação da Casa Civil, GABGOV, SEPLAG e demais secretarias setoriais e ouvidores dos órgãos da estrutura administrativa.

OBJETIVO

Gerar sentimentos de identidade, de pertencimento e de apropriação dos atores sociais e agentes públicos em relação ao SCPC, à Plataforma Digital e ao Plano de Comunicação do SCPC.

METAS / PRAZOS

PARA ATORES SOCIAIS

- 01 a 10 outubro* Produzir e enviar peça publicitária eletrônica (folheto explicativo) sobre o SCPC, a Plataforma e o Plano de Comunicação do SCPC de que foram coautores, na elaboração, e de que serão cogestores, na implementação e utilização, em ambientes virtuais e reais de autoria, colaboração e alta conectividade horizontal.
- 26 outubro a 30 novembro* Planejar e realizar evento do tipo seminário para grupos de interlocutores sobre o SCPC, a Plataforma e o plano de Comunicação do SCPC, de forma a esclarecer sobre implementação e usos. Constituir, a partir dos 14 grupos de interlocutores, um Comitê de Comunicação e definir um líder e um vice-líder.

PARA AGENTES PÚBLICOS

- 01 a 10 outubro* Produzir e imprimir peça publicitária eletrônica (folheto explicativo) sobre o SCPC, a Plataforma e o Plano de Comunicação do SCPC de que foram coautores, na elaboração, e de que serão cogestores, na implementação e utilização, em ambientes virtuais e reais de autoria, colaboração e alta conectividade horizontal.
- 11 a 25 outubro* Planejar e realizar evento do tipo seminário para assessores de planejamento (rede de planejamento), assessores de comunicação da SEPLAG, da Casa Civil, GABGOV e das sete secretarias a serem diretamente envolvidas com a Plataforma e com o Plano de Comunicação do SCPC, de forma a esclarecer sobre implementação e usos.
- Constituir, a partir dos agentes públicos, um Comitê de Comunicação representativo do grupo de órgãos diretamente envolvidos; definindo também um líder e um vice-líder (representantes do GABGOV e SEPLAG).



03

ESTRATÉGIAS DE SUPORTE À IMPLEMENTAÇÃO EXPERIMENTAL

Inclui indicações de procedimentos a serem realizados pelos comitês de comunicação do Governo e das regiões, para a implementação do Plano, inicialmente em uma das 14 regiões e uma Secretaria.



>> Neste segundo momento a transferência da tecnologia de planejamento participativo do Estado para a sociedade se dará de forma mais “prática”, no exercício concreto de implementação experimental do modelo.

Os públicos-alvo passam a formar um só corpo. São ideias força a *autoria*, a *colaboração* e a *conexão horizontalizada*.

PÚBLICO-ALVO

ATORES SOCIAIS - Comitê de Comunicação de uma das 14 regiões de planejamento (dimensão territorial).
- Conselho de Políticas Públicas relacionado à Secretaria Setorial selecionada (dimensão setorial).

AGENTES PÚBLICOS - Comitê de Comunicação dos representantes do Governo.
- Rede de Planejamento da SEPLAG.

METAS NO TERRITÓRIO

01 a 15 janeiro 2018 Instituir em norma a constituição de um Comitê de Comunicação conjunto, composto por representantes da região e do Governo, já escolhidos durante a fase anterior de apresentação do Modelo e de suas ferramentas de comunicação.

16 janeiro a 15 fevereiro 2018 Elaborar plano de ação que integre atores sociais e agentes públicos do Comitê, defina suas respectivas funções e estabeleça resultados a serem alcançados em 180 dias.

Instalar ferramentas da Plataforma do Modelo e disponibilizá-las para testes (website, webrádio e webtv).

01 a 15 de março 2018

Viabilizar, inclusive mediante parcerias com universidades locais, ambiente e mobiliário compatíveis com o funcionamento do Comitê de Comunicação, equipamentos de gravação e edição em rádio e audiovisual, instalações de telefonia e internet de banda larga.

01 a 31 março 2018

Treinar Comitê de Comunicação na utilização de ferramentas da Plataforma do Modelo, com a finalidade da construção de processos e produtos adequados à região e ao Governo.

15 a 30 março 2018

METAS NO TERRITÓRIO

- Abril de 2018** Desenvolver campanha de mobilização de outros representantes da região (sociedade e mercado) e do Governo (União, Estado e municípios da região), utilizando ações de publicidade (mídia paga) e de assessoria de imprensa (mídia espontânea), com a finalidade de divulgar e agregar valor simbólico ao Modelo em implementação, de contribuir com a formação de cultura de comunicação pública e de planejamento participativo.
- Maio de 2018** Capacitar representantes da região (sociedade e mercado) e do governo (União, Estado e Municípios da região) na utilização da Plataforma do Modelo, incluindo as ferramentas de website, webrádio, webtv, etc, com a finalidade de simular situações práticas de planejamento participativo.

METAS NA SECRETARIA SETORIAL (e Núcleo Gestor do SCPC)

- 01 a 15 janeiro 2018** Experimentar situação prática no âmbito da Secretaria, definindo processos de comunicação e monitorando / avaliando os resultados (com e sem Plataforma Digital).
- 01 a 15 de fevereiro 2018** Desenvolver esforço de assessoria de imprensa (mídia espontânea), com a finalidade de divulgar e agregar valor simbólico ao processo participativo em implementação pela Secretaria, contribuindo com a formação de cultura de comunicação pública e de planejamento participativo.
- 16 de fevereiro a 15 de março de 2018** Instalar ferramentas da Plataforma do Modelo e disponibilizá-las para testes no processo da Secretaria. Treinar Comitê de Comunicação dos representantes do Governo (e/ou comitê específico para o processo da Secretaria) e Rede de Planejamento da SEPLAG. 16 fevereiro a 15 de março.
- 16 a 31 março 2018** Desenvolver campanha publicitária (identidade visual, mídia paga) para divulgar a fase de testes do Modelo, o lançamento do Sistema Cearense de Participação Cidadã, incluindo a criação do Dia Estadual do Planejamento Participativo, de forma a contribuir com a divulgação e a agregação de valor à iniciativa do Governo e com a cultura da comunicação pública e do planejamento participativo.



ANEXO III

PROGRAMA
DE FORMAÇÃO
CONTINUADA para
o Fortalecimento
da Participação
Cidadã



01

INTRODUÇÃO

O Programa de Formação Continuada proposto se enquadra como um dos componentes do Plano de Implementação do Modelo de Participação Cidadã no Planejamento e Monitoramento das Políticas, Planos e Projetos no Governo do Estado do Ceará.



>> A gestão pública estadual assume um compromisso de promover o aprimoramento dos processos participativos permanentes no Estado alavancando sua capacidade de melhor identificar as demandas dos cidadãos para elaboração de políticas e oferta de serviços à população, bem como de fortalecer a articulação entre as diversas iniciativas e canais de participação.

Neste contexto, a Consultoria propõe um modelo de gestão participativa que contemple o aperfeiçoamento das iniciativas já existentes no Governo do Estado e inovações aprendidas à luz dos casos de benchmarking por ela realizados.

Trata-se da proposição de um “Sistema Cearense de Participação Cidadã” (SCPC) que deverá aprimorar e integrar vários eixos de participação cidadã, atualmente frágeis e dispersos, bem como estruturar outros pilares e processos inovadores que darão densidade, visibilidade e sustentação aos instrumentos de participação cidadã, contribuindo para a melhoria da gestão pública.

A Formação Continuada se configura como um componente fundamental do Sistema Cearense de Participação Cidadã, porquanto poderá facilitar a qualificação e capacitação de agentes responsáveis pelo fortalecimento da participação cidadã e a articulação entre as diversas iniciativas e canais de participação.



02

JUSTIFICATIVA

Em qualquer processo de desenvolvimento pessoal e organizacional, a Formação se afigura como necessária para o trabalho e para a prática social cidadã.



>> Em particular, a necessidade da Formação Continuada se manifestou claramente nas consultas realizadas pelo Consórcio IADH-DELOS para obter os insumos que permitiram elaborar o Produto 2 - Relatório de Avaliação sobre as práticas participativas adotadas pelo Governo do Estado do Ceará.

Na consulta aos participantes da **AUTOAVALIAÇÃO**, foi requerido: “Indique sugestões para aprimorar e ampliar a Participação Cidadã no Governo do Ceará, existentes e/ou não citadas”. As sugestões e comentários mais relevantes em relação à **FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO** foram:

- Capacitação dos Conselheiros para qualificar a participação.
- Realizar capacitação sistemática.
- Treinar professores da rede pública estadual para serem multiplicadores e formadores de pessoas para a Participação Cidadã.
- Cada escola da rede pública estadual ser um polo de formação para a Participação Cidadã da comunidade em que está inserida.
- Realização de palestras nas escolas da rede pública estadual.

Na **OFICINA DE INTERCÂMBIO DOS CONSELHOS E INICIATIVAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ** foi destacada a necessidade de Formação de Conselheiros/as.

A Formação foi destacada como necessária, visto que os Conselhos acolhem uma pluralidade de representação e que muitas vezes não dispõem de conhecimento suficiente sobre a missão e lógica de funcionamento desta instância de participação social.

Há Conselhos que dispõem de material didático (manual, cartilha e outros) e realizam com periodicidade processos formativos. Em outros, o processo formativo, quando ocorre, é somente no início de cada gestão, carecendo de um processo mais continuado, visto que há certa renovação de Conselheiros.

Mencionou-se que as plenárias e reuniões, quando ocorrem com regularidade e com planejamento adequado, se constituem em espaço de formação

NO PRODUTO 2 desta Consultoria destacaram-se os aspectos a serem considerados por ocasião da elaboração do Modelo de Governança Cidadã – Produto 3, Entre eles, consta:

- ▶ Necessidade de maior valorização e viabilização dos Conselhos e Instâncias, definindo instrumentos que garantam a sustentabilidade de suas atividades, inclusive Conferências, e ampliando e *qualificando a participação de gestores do Governo nos Colegiados*, sempre visando a transparência no planejamento e execução das ações.
- ▶ *Aumentar e melhorar os processos de formação e capacitação, inclusive com capacitações sistemáticas*, em particular dos Conselheiros, para qualificar a sua participação.

Também se oferecem **SUGESTÕES** para que o **SISTEMA DE OUVIDORIA** amplie e fortaleça as práticas de participação cidadã. Entre elas:

- Institucionalização, aparelhamento e *capacitação continuada das Ouvidorias* em todos os órgãos.
- *Capacitação continuada da população* para o exercício da cidadania e do controle social.
- *Sensibilização* dos gestores públicos [dirigentes] para aperfeiçoar o relacionamento com a Ouvidoria como ferramenta de melhoria das políticas públicas e serviços.

A *Carência de processos de formação continuada / permanente* foi considerada um dos Pontos Fracos da Política de Desenvolvimento Territorial, discutidos por ocasião da **OFICINA DE INTERCÂMBIO DOS CONSELHOS E INICIATIVAS DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ**.

Como sugestões de melhoria, os atores envolvidos propuseram uma ação afirmativa do GABGOV em conjunto com a SEPLAG na coordenação do processo de integração das políticas e das estruturas setoriais, em nível territorial, *com o concomitante processo formativo dos diversos atores* para tomada e implementação das decisões.

Finalmente, entre as estratégias, práticas e instrumentos inovadores que podem ser adotados no Ceará, sugeridos pelos participantes do **ENCONTRO DE APRESENTAÇÃO DO PRODUTO 2**, constaram:

- Formação para conselheiros dentro do programa de Gestão para Resultados
- Envolver Escola de Gestão Pública e Escolas Profissionalizantes e o Centro de Educação a Distância.
- Promover a formação política de base territorial junto a agentes públicos e atores sociais
- Estimular a cultura do planejamento participativo
- Capacitação continuada de gestores e conselheiros
- Utilizar plataformas virtuais no processo do PPA
- Fortalecimento e qualificação dos conselhos estaduais

Todos estes elementos foram levados em consideração na formulação e construção do Programa de Formação Continuada aqui proposto.



03

REFERÊNCIAS CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

3.1. FORMAÇÃO / CAPACITAÇÃO

FORMAÇÃO, no seu contexto geral, significa conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício de funções próprias de uma profissão ou de uma prática social.

Entendemos Formação como um processo educativo de troca e produção de conhecimentos, voltado para o trabalho e para a prática social cidadã.

Também, enquanto a Formação prepara para o trabalho e a prática social cidadã, não difere de **CAPACITAÇÃO**, embora este último conceito, além da intencionalidade, inclui necessariamente atividades diretamente voltadas para a formação para práticas concretas e frequentemente específicas de ações vinculadas diretamente a determinado trabalho e / ou a uma ação social.

A questão central nos processos formativos, qualquer que ele for, é que se produza aprendizagem; isto é, que as pessoas mudem nas suas práticas, nas suas interpretações do mundo e de si mesmo, nas suas capacidades de atuar sobre o contexto que lhes resulte compreensível e útil, etc. Na capacitação cooperativa o objetivo é que essas mudanças provoquem ao mesmo tempo mudanças no contexto. Ao melhorar as aprendizagens dos participantes deve melhorar o contexto.

A concepção pedagógica do Programa se estrutura sobre a prática, sobre o fazer, sobre uma aprendizagem ativa, onde as informações e os conteúdos conceituais e metodológicos se originam na realidade concreta dos territórios, das comunidades e dos setores de intervenção contemplados. Assim, a aprendizagem é gerada a partir da reflexão social de dados e informações da realidade, visando a sua transformação. *‘O Programa de Formação Continuada visará e apoiará a participação cidadã’.*

Será enfatizada a visão territorial da participação cidadã. O território deve ser reconhecido como esse locus privilegiado para o exercício da participação cidadã e da nova governança. O território deve ser considerado como protagonista, compreendido como espaço socialmente organizado e ator inteligente de transformação social, porque possui recursos humanos, econômicos, culturais e institucionais; isto é, o seu potencial de desenvolvimento endógeno. Também o aprimoramento das funções e responsabilidades setoriais e sua intersectorialidade estarão no foco da formação continuada. *‘O Programa de Formação Continuada considerará a participação cidadã nos seus contextos territorial e setorial, valorizando a constituição de redes territoriais e a intersectorialidade’.*

3.2. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

O Programa seguirá os princípios metodológicos da Formação. A formação implica em aprendizagem: isto é, agregar conhecimentos e mudar comportamentos, formas de perceber o mundo e de atuar nele.

O fundamental do processo de formação está menos no ensino e mais na aprendizagem, embora esta não ocorra se não houver um bom ensino. A avaliação da sua qualidade está na aprendizagem: o que interessa é que os participantes aprendam.

A **APRENDIZAGEM**, para ser significativa, deve ser *ativa, social e cooperativa*. Deve considerar as experiências e conhecimentos dispo-

níveis nas pessoas, para desenvolvê-las, enriquecê-las. E, sobretudo, para produzir novos conhecimentos capazes de encontrar soluções novas a problemas velhos ou recentes.

Trata-se de compreender o grupo de participantes como uma **COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM**, onde todos e cada um são responsáveis pelo aprender de si mesmo e do outro. Onde todos devem ajudar-se para aprender. Importante é o quanto cada um consegue interagir de sua capacidade individual na sinergia com o grupo. A comunidade de aprendizagem é levar a ideia de cooperação ao espaço educativo.

3.3. A FORMAÇÃO CONTINUADA E SEU PAPEL

Ações de formação continuada apresentam maior efetividade na transferência de tecnologias e conhecimentos, uma vez que existe a criação de uma esfera de inter-relações entre os participantes do processo com os conteudistas, facilitadores e tutores.

Dessa forma, a existência de um canal de comunicação direto e confiável possibilita a construção do conhecimento de forma sólida e passível de ser replicado e difundido enquanto tecnologia.

As constantes mudanças no cenário mundial, a evolução dos conhecimentos, a busca pela manutenção e aperfeiçoamento das competências e habilidades, fazem com que as instituições, organizações e entidades busquem que os profissionais e colaboradores melhor atendam à

sua missão e atribuições. Isto gera um desafio para os profissionais, que é o de se manterem atualizados e melhorarem o seu desempenho nas funções e atividades que desenvolvem.

A velha crença de que os cursos regulares, em outras palavras, o que as escolas ensinam, seriam suficientes para preparar indivíduos para o exercício profissional e funcional, está há muito tempo superada.

Dessa forma, a visão corrente é a de que devemos adotar processos de educação continuada, o que significa que devemos buscar constantemente a atualização profissional e funcional. Simplificando, podemos dizer que a educação continuada é a constante procura por qualificação e capacitação.

3.4. QUALIFICAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Torna-se necessário determinar a diferença entre Qualificação e Capacitação¹.

QUALIFICAÇÃO

Podemos dizer que a busca da qualificação traz como resultado uma formação, que torna o profissional habilitado para o exercício de alguma atividade, quer dizer, dota a pessoa de um conjunto de conhecimentos que atestam a possibilidade do exercício profissional e funcional. Neste conjunto de conhecimentos incluímos a escolaridade, a experiência profissional, cursos realizados, etc.

Pelo que está incluído na qualificação, verificamos que são conhecimentos importantes, mas generalizados, ou seja, sem especificidades; indicam que o profissional reúne as condições necessárias, porém não garantem que ele está pronto para desempenhar suas funções. Por outro lado, fica clara a continuidade da obtenção deste quesito, uma vez que a aquisição de experiência e a realização de cursos são necessidades contínuas.

Entretanto, a qualificação não é uma formação completa; sua finalidade é a aquisição de conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, por meio de processos educativos desenvolvidos em diversas instituições (escolas, sindicatos, empresas, associações). Atuamos em um mercado de trabalho que está cada vez mais exigente, e a qualificação supre uma dessas exigências.

CAPACITAÇÃO

A capacitação, segundo o conceito de José Cerchi Fusari, é um processo de aprendizagem em que fica explícito “para que”, “como”, “para quem” e “quando” fazer algo.

Dessa forma, este processo engloba ação e reflexão de forma sistêmica, de partes que se ligam, e não como meras ações isoladas e fragmentadas. Nota-se, neste caso, maior especificidade, o que torna o profissional apto para o desempenho de suas funções.

Capacitação traduz-se por preparar a pessoa para enfrentar as situações referentes à sua atividade, por meio da aplicação de conhecimentos, mas com possibilidade de criar, resolver problemas, oferecer alternativas de melhorias e criar ambiente adequado.

Capacitar quer dizer fornecer autonomia, criar autoconfiança e promover o desenvolvimento. Capacitar vai além de treinar, pois treinamento, por meio de repetições mecânicas, desenvolve uma habilidade específica, com pouca liberdade para expressão da personalidade própria do indivíduo.

Capacitação desenvolve competência, que é o resultado de conhecimento, habilidades e atitudes. Não há ninguém capaz de transferir sua competência para outra pessoa. >>

>> Todavia, é perfeitamente possível ajudar a pessoa a construir sua própria competência, da mesma forma que se constrói conhecimento.

Na visão de Chiavenato (2008)², a qualificação, a capacitação e o aperfeiçoamento é um entrelaçamento de ações de caráter pedagógico, devidamente vinculadas ao planejamento da instituição, que visa promover continuamente, o desenvolvimento dos servidores, para que desempenhem suas atividades com mais qualidade e eficiência.

A capacitação é considerada hoje um recurso estratégico para a modernização da gestão pública e no consequente desenvolvimento contínuo dos seus servidores.

Ações de capacitação proporcionam aos servidores envolvidos qualidade e competência técnica para melhor executarem suas tarefas, enfatizando o desempenho individual e coletivo, visando melhoras no desenvolvimento humano, funcional e institucional.

¹ Ver: Álvaro Takei, Brasileiro & Associados, Sicurezza Editora

² Ver: CHIAVENATTO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Elsevier, 2008. In: Emanuelle Silva Barbosa, **A importância da qualificação, capacitação e aperfeiçoamento de funcionários nas instituições de ensino superior**, P@rtes, São Paulo, 2010



04

OBJETIVOS DO PROGRAMA E RESULTADOS ESPERADOS

4.1. OBJETIVOS FINALÍSTICOS

- ▶ Contribuir para o Fortalecimento da Participação Cidadã no Planejamento e Monitoramento das Políticas, Planos e Projetos no Governo do Estado do Ceará.
- ▶ Contribuir para a implementação de um “Sistema Cearense de Participação Cidadã”, através de ações programadas de formação continuada junto a gestores e lideranças da sociedade civil.

4.2. PROPÓSITO DO PROGRAMA

Desenvolver e aprimorar capacidades humanas e institucionais para o fortalecimento da Participação Cidadã e a melhoria da Gestão Pública.

4.3. RESULTADOS ESPERADOS

1. Formação para o fortalecimento da Participação Cidadã no planejamento e gestão pública incentivada.
2. Ações de Formação Continuada articuladas em diversos níveis de qualificação e especificidades, com parcerias estabelecidas e em âmbitos setorial e territorial, com foco na participação cidadã.
3. Estruturas de Formação organizadas e Ações de Formação implementados pelo Programa.
4. Gestores Públicos e Lideranças representativas da Sociedade Civil formados e qualificados na estratégia do “Sistema Cearense de Participação Cidadã”.
5. Conselhos e Instâncias de Participação Cidadã setoriais e territoriais qualificados e consolidados para a execução de ações inerentes a suas atribuições e objetivos e capacidades ampliadas por meio da Formação Continuada.
6. Ações de formação e organização enfatizadas no combate às relações de desigualdades historicamente construídas em relação a diferentes segmentos sociais.
7. Redes de interações setoriais e territoriais de participação cidadã apoiadas na sua constituição e consolidação por processos de formação promovidos pelo Programa.
8. Formadores, Facilitadores e Multiplicadores da estratégia do “Sistema Cearense de Participação Cidadã” capacitados.
9. Processos e eventos de formação do Programa monitorados, acompanhados e avaliados.
10. Canais de informação e comunicação estabelecidos entre o Programa e o “Sistema Cearense de Participação Cidadã”.
11. Lições aprendidas sistematizadas.
12. Experiências e boas práticas de participação cidadã premiadas e divulgadas.
13. Estudos sobre a temática e práticas da participação cidadã democratizados e publicizados.



05

NÚCLEOS TEMÁTICOS

A operacionalização do Programa se concretiza na execução das Atividades de Formação, as quais são programadas na organização de um processo ou evento de formação buscando provocar ou contribuir na aprendizagem e mudança de comportamento.



>> Os processos e eventos de formação devem ser contextualizados, caso a caso, ao público e à realidade de cada setor e território, evitando o “engessamento” que a excessiva padronização pode produzir com resultados pífios para as necessidades de mudança de pessoas e organizações nas suas práticas cotidianas. Isso implica na criatividade, por uma parte, e na adequação às necessidades concretas, por outra, das temáticas a serem trabalhadas.

É com base nestas duas fontes, experiência acumulada e demandas identificadas, que se destacam, a seguir, temáticas centrais do Programa de Formação, que exigirão a criatividade e adequação mencionadas acima, por parte dos formadores e conteudistas, para a sua aplicação aos processos e eventos.

TEMAS CENTRAIS

CONTEÚDOS

SISTEMA CEARENSE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ -

REFERÊNCIAS CONCEITUAIS E PRINCÍPIOS

O que entendemos por “Participação”.

Critérios que distinguem processos de planejamento participativo dos “não participativos”: **empoderamento** dos participantes e das arenas de disputa e pactuação; **comunicação e transparência** de procedimentos; e mecanismos de **monitoramento** e avaliação de resultados auto constituídos e regulados. (De Toni, 2015)

Estágios de implantação de processos participativos: **fase inicial de legitimação**, enquanto lócus de apresentação de demandas e deliberação de planos e ações públicas; **fase de efetividade**, com o surgimento de agendas intersetoriais, territoriais, descentralização de políticas e empoderamento de organizações em rede; e **fase de institucionalização**, com a formalização de estruturas de gestão, formas e instrumentos participativos (consultas, conselhos, plataformas de comunicação). (Ricci,2004). >>

TEMAS CENTRAIS

CONTEÚDOS

SISTEMA CEARENSE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ - REFERÊNCIAS CONCEITUAIS E PRINCÍPIOS

>> Objetivo do Sistema Cearense de Participação Cidadã: dar atuação sistêmica aos processos participativos existentes e aos novos processos criados para uma maior efetividade nas políticas públicas, programas e projetos no âmbito do Governo do Ceará.

Lições aprendidas das experiências externas, constatações e recomendações para aprimorar as práticas atualmente existentes (vide relatórios da Consultoria IADH-DELOS)

Princípios para nortear o modelo de gestão participativa do Governo do Estado do Ceará e orientar a sua implementação.

1. O território como lócus protagonista da participação cidadã e do desenvolvimento sustentável.
2. Aderência ao Modelo de Gestão para Resultados (GPR) adotado pelo Governo do Estado.
3. A implementação de formas descentralizadas de gestão política e administrativa.
4. O exercício de estratégias e práticas de planejamento público participativo, considerando o ciclo completo da gestão e os diversos mecanismos de participação.
5. O incremento da governança colaborativa e do controle cidadão.
6. O fortalecimento do capital social e das competências humanas para a participação cidadã.
7. O uso de ferramentas de tecnologia da informação e a estratégia de comunicação para ampliar a participação cidadã.
8. Sistema compreendido pela sociedade como política de estado: busca de sustentabilidade e institucionalização.

TEMAS CENTRAIS

CONTEÚDOS

SISTEMA CEARENSE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ - ESTRATÉGIAS E OPERACIONALIZAÇÃO

A implementação do Sistema propicia a integração de diversos processos e ferramentas participativos e orienta a aprendizagem e a gestão desses processos com uma visão sistêmica.

O Sistema estabelece 06 dimensões que incorporam a participação cidadã no planejamento e monitoramento de políticas, programas e projetos:

1ª Dimensão PPA e 2ª Dimensão Políticas Setoriais e Transversais

Dizem respeito à incorporação da participação em processos de planejamento já existentes, no caso o ciclo completo de planejamento e monitoramento do PPA e das Políticas Setoriais e/ou Transversais.

3ª Dimensão Territorial

Diz respeito à incorporação do enfoque territorial nos processos de planejamento e monitoramento das políticas, programas e projetos, bem como o apoio a processos de planejamento territorial participativo.

4ª Dimensão Ouvidoria

Refere-se à rede de Ouvidoria que estabelece canal de relacionamento com o cidadão difuso, enquanto sociedade civil não organizada, e sistematiza informações relevantes para a melhoria dos processos de planejamento e gestão das políticas públicas.

5ª Dimensão Planejamento de longo prazo (7 Cearás)

Trata da participação na construção de estratégias de desenvolvimento de longo prazo. Na ausência de um plano estratégico, esta dimensão será exercitada a partir das estratégias delineadas nos “7 Cearás”³ buscando criar canal de comunicação com a população acerca das políticas e ações governamentais organizadas nos sete eixos governamentais de articulação Intersetorial.

6ª Dimensão de Suporte: Comunicação e Capacitação e Tecnologia da Informação

Trata dos processos e ferramentas de suporte à participação, compreendendo a estratégia de comunicação, as ações de capacitação, os sistemas de informações setoriais e territoriais e as ferramentas digitais que possibilitem a ampla participação dos cidadãos nos diversos processos participativos em todas as dimensões do Sistema. Inclui-se o desenvolvimento e implementação de uma Plataforma Digital (Dialoga Ceará) que ofereça ferramentas digitais, de modo a facilitar o diálogo com os cidadãos em todas as dimensões do Sistema.

³ Documento que consolida as propostas do Plano de Governo, o qual organiza as estratégias de desenvolvimento em 7 eixos de intervenção e que foram considerados por ocasião da elaboração do PPA 2016-2019.

TEMAS CENTRAIS

CONTEÚDOS

O TERRITÓRIO COMO LOCUS PROTAGONISTA DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ, PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA REGIONAL

Os estudos e práticas contemporâneas de fomento ao desenvolvimento têm mostrado a necessidade de compreender o “território” como um meio e, ao mesmo tempo, uma das finalidades a serem alcançadas durante o andamento dos processos catalisadores de transformações sustentáveis. Como meio o território é capaz de oferecer suporte às estratégias desencadeadas pelos atores sociais e gestores públicos. Por outro lado, a construção de territórios (capital social, identidade, pertencimento, cesta de bens e serviços...) é capaz de transformá-lo em protagonista do próprio desenvolvimento.

O Governo do Estado definiu em lei o recorte das regiões de planejamento. O desafio está em transformar essas regiões em territórios de desenvolvimento. Por isso deve existir a preocupação com o fortalecimento da identidade territorial e o estímulo ao diálogo e à solidariedade entre os atores públicos e privados.

A construção de novos espaços de governança (política e técnica) é essencial para ampliação da participação cidadã e mediação dos interesses territoriais. É preciso um novo ordenamento regional e uma sociedade civil mais protagonista, que, a partir de iniciativas locais, encontrem-se alternativas para os problemas econômicos, sociais e ambientais, enfim, para a construção do desenvolvimento sustentável.

O nível local é o meio ambiente imediato no qual as pessoas vivem e se relacionam. É no território que as empresas se desenvolvem, encontram serviços e recursos dos quais depende seu dinamismo e dentro do qual se ligam às redes de troca de informações e de relações técnicas ou comerciais.

Cabe, portanto, reconhecer as iniciativas de planejamento e gestão do desenvolvimento territorial existentes no Estado do Ceará, com seus instrumentos (planos territoriais e instâncias de governança) e suas fragilidades, buscando o seu fortalecimento e integração com os demais instrumentos participativos de planejamento e gestão.

É importante que o planejamento e a gestão territorial sejam encarados como processos de aprendizagem contínua, nos quais o diálogo e a transparência, inclusive sobre os limites e conflitos, favorecem a confiança, o engajamento e a possibilidade de resultados.

As dimensões do Desenvolvimento Territorial. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável. Governança Regional e Articulação de Políticas.

TEMAS CENTRAIS

CONTEÚDOS

GESTÃO PARA RESULTADOS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

O sistema de participação cidadã se insere no Modelo de Gestão para Resultados (GPR) adotado pelo Governo do Estado do Ceará. O Modelo GPR tem como um dos seus 7 princípios o princípio da “Participação e Controle Social”.

O modelo de GPR é operacionalizado em quatro dimensões⁴, onde a participação cidadã está presente de forma transversal. A participação e o controle social, assim como os mecanismos de articulação institucional, de parceria com o setor privado e a sociedade e a comunicação e transparência, estão inseridos na quarta dimensão denominada de “Governança Orientada para Resultados”.

O Sistema de Participação Cidadã é fundamental para o fortalecimento da gestão pública para resultados e seus impactos esperados de maior eficiência, eficácia e efetividade nas políticas públicas.

GOVERNANÇA COLABORATIVA E CONTROLE CIDADÃO: UM OLHAR SOBRE AS INSTÂNCIAS E CONSELHOS DE POLÍTICAS NO CEARÁ

Um Panorama da situação atual dos Conselhos de Políticas Públicas no Ceará (vide Relatório 2 da consultoria IADH-DELOS)

Para ampliar a participação cidadã na formulação, monitoramento e o controle social das políticas públicas, primeiro é preciso reconhecer o papel das instâncias colegiadas já existentes (Conselhos de políticas setoriais e transversais) e reconhecer capacidades nas organizações da sociedade civil e suas condições para contribuir com o desenho e a implementação das políticas.

A dinâmica dos Conselhos e sua capacidade propositiva face às políticas públicas dependem das condições de infraestrutura de apoio aos Conselhos e aos conselheiros, da realização de processos formativos continuados; de articulações necessárias para estimular a criação de Conselhos Municipais e/ou Territoriais e da assessoria e informações contextualizadas. Da mesma forma a realização de Conferências públicas.

Necessidade de uma ação afirmativa do Governo do Estado definindo instrumentos que garantam a sustentabilidade das atividades dos Conselhos, inclusive Conferências, e ampliando e qualificando a participação de gestores do Governo nos Colegiados.

Além dos Conselhos, deve-se estimular a constituição e fortalecimento de novas governanças territoriais, enquanto espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional. As iniciativas devem criar mecanismos de troca de informações, mediação e integração entre o saber político, o conhecimento técnico e as expectativas dos cidadãos. >>

⁴ Dimensão 1: Visão Estratégica e Escolha de Prioridades; Dimensão 2: Monitoramento e Avaliação Sistemáticos; Dimensão 3: Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; e Dimensão 4: Governança Orientada para Resultados

TEMAS CENTRAIS

CONTEÚDOS

GOVERNANÇA COLABORATIVA E CONTROLE CIDADÃO: UM OLHAR SOBRE AS INSTÂNCIAS E CONSELHOS DE POLÍTICAS NO CEARÁ

>> É imprescindível que os processos que preveem a participação cidadã tenham algum caráter deliberativo. Percebe-se que o caráter apenas consultivo e excessivamente formal limita seu poder.

Os processos devem permitir um ambiente de cooperação e de governabilidade, criando um círculo virtuoso e sinérgico de participação de vários atores sociais, que reconhecem as novas governanças como espaços de mediação das demandas setoriais e regionais.

FERRAMENTAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Existem novas tecnologias e ferramentas que podem dar maior capilaridade e propiciar sinergias aos mecanismos de participação nos processos de planejamento e monitoramento das políticas públicas.

O uso de novas tecnologias de informação atreladas a estratégias de comunicação permitem estabelecer relacionamento direto com o público, fortalecendo a transparência e dando legitimidade às decisões tomadas.

O uso de redes sociais de forma inovadora, sem linguagem institucional e abordando temas populares, auxilia na divulgação, alcançando um público mais jovem.

Comunicar bem com transparência é o coração e a essência de um governo aberto.

Deve-se garantir a disponibilização de informação qualificada, atualizada, útil, servindo de base ao planejamento e ao monitoramento constantes, com base em metas e indicadores amplamente divulgados, debatidos e atualizados.

Pode-se fazer uso de canais de comunicação direta e online, complementando canais mais tradicionais, como oficinas e eventos presenciais.

Novas iniciativas de governança e o uso de novas tecnologias têm propiciado a incorporação de políticos e técnicos municipais em uma nova cultura de governar, fazendo com que assumam o papel de escuta ativa (Facebook, Twitter...) e de resposta imediata (SMS, WhatsApp).

A Plataforma Digital de Participação Cidadã.

As Estratégias de Comunicação em apoio à Participação Cidadã



06

PÚBLICOS

O público prioritário será os participantes da “Rede Cearense de Participação Cidadã”, a saber:

- Governança Territorial nas 14 Regiões e/ou Comitê de Interlocutores das Regiões)
- Conselhos de Políticas Setoriais
- Conselhos de Políticas Transversais
- Comitês dos “7 Cearás”
- Gestores (tomadores de decisão) de Secretarias Setoriais
- Rede de Ouvidorias
- Rede de Planejamento coordenada pela SEPLAG
- Gestores do Sistema de Participação Cidadã e da Plataforma Digital
- Assessores de Comunicação das Unidades Administrativas do Governo.

Poderão ser identificados outros agentes públicos e privados estratégicos para formação. Poderá ser aproveitado o Projeto de Educação Social da CGE, de forma continuada, o qual dialoga com a população com foco nos instrumentos de controle social.



07

PROPOSTA DE
CURSOS DE
FORMAÇÃO PARA
FORTALECIMENTO
DA PARTICIPAÇÃO
CIDADÃ

Os Cursos de Formação serão oportunizados em três modalidades diferenciadas conforme o público participante:

- Modalidade Presencial
- Modalidade Mista
- Modalidade Virtual (a Distância)

a) O Curso na modalidade presencial será destinado aos participantes das seguintes instâncias:

- Conselhos de Políticas Setoriais
- Conselhos de Políticas Transversais
- Rede de Planejamento coordenada pela SEPLAG

b) O Curso na modalidade mista será destinado preferencialmente aos participantes das seguintes instâncias:

- Governanças Territoriais nas 14 Regiões (Territórios) e/ou Comitê de Interlocutores das Regiões.

c) O Curso na modalidade virtual estará disponibilizado para participantes da “Rede Cearense de Participação Cidadã” que não estejam inscritos ou não venham a se inscrever nos Cursos em modalidade presencial ou mista, dentre as seguintes instâncias;

- Comitês dos “7 Cearás”
- Gestores (tomadores de decisão) de Secretarias Setoriais
- Rede de Ouvidores
- Gestores do Sistema de Participação Cidadã e da Plataforma Digital
- Assessores de Comunicação das Unidades Administrativas do Governo

>>

7.1. ATIVIDADES DO CURSO NA MODALIDADE PRESENCIAL

O Curso será desenvolvido em 04 Seminários - Oficina (ao longo de quatro meses, um em cada mês), com duração de três dias e carga horária de 24 horas cada Seminário - Oficina.

A carga horária total será de 96 horas, sendo fornecido Certificado aos concluintes do Curso.

Os Conteúdos do Curso serão ministrados em 09 Módulos programados por conteudistas previamente selecionados pela Coordenação do Curso.

Ainda, haverá atividades específicas, a saber:

- As Rodas de Diálogo dos Participantes com os Conteudistas permitirão a troca de informações e de conhecimento a respeito dos conteúdos e métodos trabalhados durante os Módulos.
- Os Exercícios de Aplicação dos Módulos permitirão aferir a aprendizagem dos Participantes e dar Orientações Pedagógicas quanto às correções e ajustes que eles deverão incorporar na preparação de Projetos de Aplicação para a Prática.
- Os Participantes do Curso prepararão Projetos de Aplicação para a Prática a longo dos 04 Seminários - Oficina em tempos destinados para tal fim, que serão apresentados na tarde do 4º Seminário – Oficina em plenária.

A seguir é apresentado o Calendário proposto para o Curso de Formação para o Fortalecimento da Participação Cidadã na modalidade presencial.

CALENDÁRIO DO CURSO NA MODALIDADE PRESENCIAL

A) 1º SEMINÁRIO - OFICINA

	1º DIA	2º DIA	3º DIA
MANHÃ	Módulo I Sistema Cearense de Participação Cidadã – Referências Conceituais Propósitos e Princípios. Roda de Diálogo	Módulo III O Território como locus protagonista da Participação Cidadã, Planejamento e Governança Regional. 1ª Parte. Roda de Diálogo	Exercícios de Aplicação dos Módulos Orientações Pedagógicas
TARDE	Módulo II Sistema Cearense de Participação Cidadã – Estratégias e Operacionalização. Roda de Diálogo	Módulo III O Território como locus protagonista da Participação Cidadã, Planejamento e Governança Regional. 2ª Parte. Roda de Diálogo	

B) 2º SEMINÁRIO - OFICINA (a ser realizado 30 dias após o 1º Seminário - Oficina)

	1º DIA	2º DIA	3º DIA
MANHÃ	Módulo IV Gestão para Resultados e Participação Cidadã. Roda de Diálogo	Módulo VI Estratégias e práticas de Planejamento público participativo e a experiência do PPA estadual. - 1ª Parte Roda de Diálogo	Exercícios de Aplicação dos Módulos Orientações Pedagógicas Preparação de Projetos de Aplicação para a Prática
TARDE	Módulo V Plano de Implementação e Arranjo Institucional do Sistema Cearense de Participação Cidadã Roda de Diálogo	Módulo VI Estratégias e práticas de Planejamento público participativo e a experiência do PPA estadual.- 2ª Parte. Roda de Diálogo	

C) 3º SEMINÁRIO - OFICINA (a ser realizado 30 dias após o 2º Seminário - Oficina)

	1º DIA	2º DIA	3º DIA
MANHÃ	Módulo VII Governança colaborativa e Controle Cidadão: um olhar sobre as instâncias e conselhos de políticas no Ceará Roda de Diálogo	Módulo VIII Dinâmicas de Grupo, Moderação de Processos Participativos e Mediação de Conflitos - 1ª Parte Roda de Diálogo	Exercícios de Aplicação dos Módulos Orientações Pedagógicas Preparação de Projetos de Aplicação para a Prática
TARDE	Módulo VII Sistema de Ouvidoria e Participação Cidadã Difusa Roda de Diálogo	Módulo VIII Dinâmicas de Grupo, Moderação de Processos Participativos e Mediação de Conflitos- 2ª Parte. Roda de Diálogo	

D) 4º SEMINÁRIO - OFICINA (a ser realizado 30 dias após o 3º Seminário - Oficina)

	1º DIA	2º DIA	3º DIA
MANHÃ	Módulo IX Governança colaborativa e Controle Cidadão: um olhar sobre as instâncias e conselhos de políticas no Ceará Roda de Diálogo	Exercícios de Aplicação dos Módulos Orientações Pedagógicas	Apresentação dos Projetos de Aplicação para a Prática Avaliação do Curso
	TARDE Módulo VII Estratégias de Comunicação para a Participação Cidadã - 2ª Parte. Roda de Diálogo	Preparação de Projetos de Aplicação para a Prática	Entrega de Certificados

7.2. ATIVIDADES DO CURSO NA MODALIDADE VIRTUAL (A DISTÂNCIA)

O Curso será oferecido através de Ambiente virtual em Plataforma administrada pela Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará. Para tanto, será necessário adaptar o ambiente virtual às necessidades específicas do Curso EAD concebido e às atividades planejadas.

O Curso será desenvolvido ao longo de 13 semanas corridas, com 01 Módulo Introdutório, 09 Módulos Temáticos e 01 Módulo Final.

A carga horária total será de 96 horas, sendo fornecido Certificado aos concluintes do Curso.

Os Conteúdos do Curso serão ministrados em 09 Módulos programados por conteudistas previamente selecionados pela Coordenação do Curso.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- VÍDEO - AULA** Cada Módulo terá um vídeo explicativo, apresentado pelo conteudista (responsável pelos conteúdos do Módulo correspondente), que será disponibilizado no primeiro dia do Módulo.
- TEXTOS E MATERIAIS COMPLEMENTARES** Ao longo de cada Módulo serão disponibilizados outros textos de conteúdo, referências bibliográficas, assim como textos, vídeos e materiais complementares, inclusive relativos a vivências e experiências relevantes relacionadas à temática do Módulo.
- TUTORIA** Ao longo de cada Módulo será possível formular dúvidas e pedir esclarecimentos sobre os conteúdos expostos no vídeo - aula e nos textos e materiais complementares disponibilizados.
- FÓRUM VIRTUAL** Também será possível compartilhar conteúdos e vivências em ambiente próprio no Fórum da turma do participante, utilizando chat e permitindo postar e reproduzir materiais, para estimular, com diversas experiências, olhares e conhecimentos, as suas reflexões e práticas.
- RODAS DE DIÁLOGO** As Rodas de Diálogo dos Participantes com os Conteudistas permitirão a troca de informações e de conhecimento a respeito dos conteúdos e métodos trabalhados durante os Módulos.
- EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO DOS MÓDULOS** Permitirão aferir a aprendizagem dos Participantes e dar Orientações Pedagógicas quanto às correções e ajustes que eles deverão incorporar na preparação de Projetos de Aplicação para a Prática.
- PRODUTO** Os Participantes do Curso prepararão Projeto de Aplicação para a Prática, dispendo para tanto de semanas intermediárias às semanas dos Módulos Temáticos e ainda a última semana do Curso. O Produto deverá ser preparado de modo individual ou por grupo de interesse (até cinco participantes).
- CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO** Será fornecido Certificado de participação aos que concluírem satisfatoriamente as atividades.

A seguir é apresentado o Calendário proposto para o Curso de Formação para o Fortalecimento da Participação Cidadã na modalidade virtual (a distância).

CALENDÁRIO DO CURSO NA MODALIDADE VIRTUAL (A DISTÂNCIA)

SEMANAS	ATIVIDADES	TEMÁTICA
1ª	Módulo Introdutório	Programa do Curso, Metodologia de Operacionalização e Plataforma Virtual.
2ª	Módulo I	Sistema Cearense de Participação Cidadã – Referências Conceituais e Princípios.
3ª	Módulo II	Sistema Cearense de Participação Cidadã – Estratégias e Operacionalização.
4ª	Módulo III	O Território como <i>locus</i> protagonista da Participação Cidadã, Planejamento e Governança Regional.
5ª	Módulo IV	Gestão para Resultados e Participação Cidadã.
6ª	<i>Exercícios de Aplicação dos Módulos / Preparação de Projeto de Aplicação para a Prática.</i>	
7ª	Módulo V	Plano de Implementação e Arranjo Institucional do Sistema Cearense de Participação Cidadã.
8ª	Módulo VI	Estratégias e práticas de Planejamento público participativo e a experiência do PPA estadual.
9ª	Módulo VII	Governança colaborativa e Controle Cidadão: um olhar sobre as instâncias e conselhos de políticas no Ceará.
10ª	<i>Exercícios de Aplicação dos Módulos / Preparação de Projeto de Aplicação para a Prática.</i>	
11ª	Módulo VIII	Dinâmicas de Grupo, Moderação de Processos Participativos e Mediação de Conflitos.
12ª	Módulo IX	Ferramentas de Tecnologia da Informação para a Participação Cidadã.
13ª	Módulo Final	Produto (Projeto de Aplicação para a Prática) / Avaliação do Curso.

7.3. ATIVIDADES DO CURSO NA MODALIDADE MISTA

O Curso será oferecido de forma semipresencial, em ambientes físicos reunindo os participantes e que permitam a reprodução de materiais previamente preparados de modo virtual.

O Curso será desenvolvido ao longo de 13 semanas, conforme calendário ajustado para cada ambiente físico, com 01 Módulo Introdutório, 09 Módulos Temáticos e 01 Módulo Final.

A carga horária total será de 96 horas, sendo fornecido Certificado aos concluintes do Curso.

Os Conteúdos do Curso serão ministrados em 09 Módulos programados por conteudistas previamente selecionados pela Coordenação do Curso.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

VÍDEO - AULA Cada Módulo terá um vídeo explicativo, apresentado pelo conteudista (responsável pelos conteúdos do Módulo correspondente), que será disponibilizado no primeiro dia do Módulo.

TEXTOS E MATERIAIS COMPLEMENTARES Ao longo de cada Módulo serão disponibilizados outros textos de conteúdo, referências bibliográficas, assim como textos, vídeos e materiais complementares, inclusive relativos a vivências e experiências relevantes relacionadas à temática do Módulo.

TUTORIA Ao longo de cada Módulo será possível formular dúvidas e pedir esclarecimentos sobre os conteúdos expostos no vídeo - aula e nos textos e materiais complementares disponibilizados.

FÓRUM VIRTUAL Também será possível compartilhar conteúdos e vivências em ambiente próprio no Fórum da turma do participante, utilizando chat e permitindo postar e reproduzir materiais, para estimular, com diversas experiências, olhares e conhecimentos, as suas reflexões e práticas.

RODAS DE DIÁLOGO As Rodas de Diálogo dos Participantes com os Conteudistas permitirão a troca de informações e de conhecimento a respeito dos conteúdos e métodos trabalhados durante os Módulos.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

EXERCÍCIOS DE APLICAÇÃO DOS MÓDULOS Permitirão aferir a aprendizagem dos Participantes e dar Orientações Pedagógicas quanto às correções e ajustes que eles deverão incorporar na preparação de Projetos de Aplicação para a Prática.

PRODUTO Os Participantes do Curso prepararão Projeto de Aplicação para a Prática, dispondo para tanto de semanas intermediárias às semanas dos Módulos Temáticos e ainda a última semana do Curso. O Produto deverá ser preparado de modo individual ou por grupo de interesse (até cinco participantes).

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO Será fornecido Certificado de participação aos que concluírem satisfatoriamente as atividades.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

MONITORIA PRESENCIAL A estratégia do Curso contemplará a realização de monitoria presencial nos espaços dos participantes do Curso, de modo a facilitar a reflexão e aplicações para a prática.

SEMINÁRIO FINAL Ao final do Curso poderá ser promovido um Seminário Final que facilite o encontro e a reflexão conjunta dos participantes, assim como apresentar os Projetos de Aplicação para a Prática elaborados pelos participantes.

A seguir é apresentado o Calendário proposto para o Curso de Formação para o Fortalecimento da Participação Cidadã na modalidade mista.

CALENDÁRIO DO CURSO NA MODALIDADE MISTA

SEMANAS	ATIVIDADES	TEMÁTICA
1 ^a	Módulo Introdutório	Programa do Curso, Metodologia de Operacionalização e Plataforma Virtual.
2 ^a	Módulo I	Sistema Cearense de Participação Cidadã – Referências Conceituais e Princípios.
3 ^a	Módulo II	Sistema Cearense de Participação Cidadã – Estratégias e Operacionalização.
4 ^a	Módulo III	O Território como <i>locus</i> protagonista da Participação Cidadã, Planejamento e Governança Regional.
5 ^a	Módulo IV	Gestão para Resultados e Participação Cidadã.
6 ^a	<i>Exercícios de Aplicação dos Módulos / Preparação de Projeto de Aplicação para a Prática.</i>	
7 ^a	Módulo V	Plano de Implementação e Arranjo Institucional do Sistema Cearense de Participação Cidadã.
8 ^a	Módulo VI	Estratégias e práticas de Planejamento público participativo e a experiência do PPA estadual.
9 ^a	Módulo VII	Governança colaborativa e Controle Cidadão: um olhar sobre as instâncias e conselhos de políticas no Ceará.
10 ^a	<i>Exercícios de Aplicação dos Módulos / Preparação de Projeto de Aplicação para a Prática.</i>	
11 ^a	Módulo VIII	Dinâmicas de Grupo, Moderação de Processos Participativos e Mediação de Conflitos.
12 ^a	Módulo IX	Ferramentas de Tecnologia da Informação e Estratégias de Comunicação para a Participação Cidadã: a Plataforma Digital de Participação Cidadã
13 ^a	Módulo Final	Produto (Projeto de Aplicação para a Prática) / Avaliação do Curso.

Obs. A sequência das semanas no Curso na modalidade mista não precisará ser contínua, podendo ser estabelecido um calendário adequado às possibilidades de realização do Curso no ambiente físico.



08

PROPOSTA DE
AGREGAÇÃO DE **MÓDULO**
COMPLEMENTAR AOS
CURSOS DO PROGRAMA
ESTRATÉGICO DE
FORMAÇÃO PARA
GESTORES PÚBLICOS
DO ESTADO DO CEARÁ –
PEFGPÃ

A Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE) tem como missão “desenvolver o processo educacional em gestão pública, com vistas ao aprimoramento das competências dos atores públicos, possibilitando a melhoria da prestação dos serviços ao cidadão”.

Pautada nos valores da competência, do comprometimento, da ética e da responsabilidade social, a EGPCE vem trabalhando com o objetivo de que o serviço público possa atingir um patamar de excelência.

Em 2016, com o intuito de ampliar as ações de valorização do servidor através da oferta de eventos de formação continuada, a EGPCE lançou o Programa Estratégico de Formação para Gestores Públicos do Estado do Ceará – PEFGP composto por três programas executivos, a saber: Programa de Formação em Gestão Pública, Programa de Desenvolvimento de Lideranças e Programa de Pós-Graduação em Áreas de Governança Pública.

Atualmente, dentro do Programa Executivo de Formação em Gestão Pública – PFGP, está previsto oferecer os seguintes Cursos:

- 1 – Gestão Administrativo-Financeira aplicada ao Setor Público
- 2 - Gestão Administrativo-Financeira aplicada ao Setor Público Municipal
- 3 – Gestão Contábil aplicada ao Setor Público
- 4 – Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação no Setor Público
- 5 – Gestão de Pessoas no Setor Público
- 6 – Gestão Pública e o Controle Interno
- 7 – Planejamento, Orçamento e Modernização Organizacional

>>

>> Dada a aderência do Programa de Formação Continuada para o Fortalecimento da Participação Cidadã, aqui desenhado, aos objetivos e práticas da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE), e em particular aos Cursos por ela oferecidos, propõe-se agregar

um Módulo a esses Cursos, de caráter complementar, que aborde na sistemática operacional da EGPCE o tema “Sistema Cearense de Participação Cidadã”, contemplando o seguinte Objetivo Geral e respectivo Conteúdo Programático:

SISTEMA CEARENSE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

MÓDULO COMPLEMENTAR

OBJETIVO GERAL Incentivar a melhoria da Gestão Pública para o fortalecimento da Participação Cidadã no Estado do Ceará

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. SISTEMA CEARENSE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ – PROPÓSITOS E PRINCÍPIOS

- Objetivo do Sistema Cearense de Participação Cidadã: Dar atuação sistêmica aos processos participativos existentes e aos novos processos criados para uma maior efetividade nas políticas públicas, programas e projetos no âmbito do Governo do Ceará.
 - Lições aprendidas das experiências externas e recomendações para aprimorar as práticas atualmente existentes.
 - Princípios para nortear o modelo de gestão participativa do Governo do Estado do Ceará e orientar a sua implementação.
1. O território como lócus protagonista da participação cidadã e do desenvolvimento sustentável.
 2. Aderência ao Modelo de Gestão para Resultados (GPR) adotado pelo Governo do Estado.
 3. A implementação de formas descentralizadas de gestão política e administrativa.
 4. O exercício de estratégias e práticas de planejamento público participativo, considerando o ciclo completo da gestão e os diversos mecanismos de participação.
 5. O incremento da governança colaborativa e do controle cidadão.
 6. O fortalecimento do capital social e das competências humanas para a participação cidadã.
 7. O uso de ferramentas de tecnologia da informação e a estratégia de comunicação para ampliar a participação cidadã.
 8. Sistema compreendido pela sociedade como política de estado: busca de sustentabilidade e institucionalização.

2. SISTEMA CEARENSE DE PARTICIPAÇÃO CIDADÃ – ESTRATÉGIAS E OPERACIONALIZAÇÃO - Aprimorar e integrar vários eixos de participação cidadã atualmente frágeis e dispersos, bem como estruturar outros pilares e processos inovadores que darão densidade, visibilidade e sustentação aos instrumentos de participação cidadã, contribuindo para a melhoria da gestão pública com foco em resultados.

- A implementação do Sistema propicia a integração de diversos processos e ferramentas participativos e orienta a aprendizagem e a gestão desses processos com uma visão sistêmica.

- O Sistema estabelece 06 dimensões que incorporam a participação cidadã no planejamento e monitoramento de políticas, programas e projetos:

1ª Dimensão PPA e 2ª Dimensão Políticas Dizem respeito à incorporação da participação em processos de planejamento já existentes, no caso o ciclo completo de planejamento e monitoramento do PPA e das Políticas Setoriais e/ou Transversais.

3ª Dimensão Territorial Diz respeito à incorporação do enfoque territorial nos processos de planejamento e monitoramento das políticas, programas e projetos, bem como o apoio a processos de planejamento territorial participativo.

4ª Dimensão Ouvidoria Refere-se à rede de Ouvidoria que estabelece canal de relacionamento com o cidadão difuso, enquanto sociedade civil não organizada, e sistematiza informações relevantes para a melhoria dos processos de planejamento e gestão das políticas públicas.

5ª Dimensão Planejamento de longo prazo (7 Cearás) Trata da participação na construção de estratégias de desenvolvimento de longo prazo. Na ausência de um plano estratégico, esta dimensão será exercitada a partir das estratégias delineadas nos “7 Cearás”⁵ buscando criar canal de comunicação com a população acerca das políticas e ações governamentais organizadas nos sete eixos governamentais de articulação Intersetorial.

6ª Dimensão de Suporte: Comunicação e Capacitação e Tecnologia da Informação Trata dos processos e ferramentas de suporte à participação, compreendendo a estratégia de comunicação, as ações de capacitação, e as ferramentas digitais que possibilitem a ampla participação dos cidadãos nos diversos processos participativos em todas as dimensões do Sistema. Inclui-se o desenvolvimento e implementação de uma Plataforma Digital (Dialoga Ceará) que ofereça ferramentas digitais, de modo a facilitar o diálogo com os cidadãos em todas as dimensões do Sistema.

- Plano de Implementação e Arranjo Institucional de Gestão do Sistema

Sugere-se que o Módulo Complementar, seja no formato presencial, seja no formato a distância, não tenha carga horária inferior a 16 horas.

⁵ Documento que consolida as propostas do Plano de Governo, o qual organiza as estratégias de desenvolvimento em 7 eixos de intervenção e que foram considerados por ocasião da elaboração do PPA 2016-2019.



09

GESTÃO DO **CONHECIMENTO** DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO

Podemos definir a Gestão do Conhecimento como um processo sistemático, articulado e intencional, apoiado na geração, codificação, disseminação e apropriação de conhecimentos, com o propósito de qualificar as atividades do Programa de Formação.



>> No Programa, a Execução e a Gestão do Conhecimento caminharão estreitamente ligadas, desde que uma alimenta a outra.

As Atividades próprias da Gestão do Conhecimento serão:

- O *Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação* dos processos e eventos de formação do Programa e sua incidência na Participação Cidadã.
- O estabelecimento de *Canais de Informação e Comunicação* entre o Programa e as redes territoriais, conselhos setoriais e intersetoriais, gestores, lideranças comunitárias, parceiros, facilitadores e multiplicadores.
- A *Sistematização* das lições aprendidas.
- A *Divulgação* de experiências e boas práticas de participação cidadã.
- A *Publicização* de estudos e documentos que contribuam na valorização da participação cidadã.

As atividades da Gestão do Conhecimento do Programa de Formação Continuada serão realizadas de modo permanente. Elas exigirão a construção e montagem de um sistema próprio informatizado, possivelmente adaptado à Plataforma Digital proposta para o Sistema Cearense de Participação Cidadã,

A Coordenação do Programa será responsável pelo Monitoramento dos processos e eventos de formação, tanto os executados via licitação como através de parcerias interinstitucionais.

O monitoramento e a avaliação visam contribuir para o êxito e alcance dos resultados esperados. Além de mostrar a efetividade do Programa, baseada na aferição sistemática dos resultados alcançados, a avaliação, ao detectar dificuldades e acertos, deve sugerir medidas para a superação de problemas, contribuir para o seu aprimoramento funcional, assumindo uma dimensão formativa, imprescindível em qualquer processo de sistematização de uma dada experiência.

>>

>> O monitoramento e a avaliação têm assim um papel transformador, envolvendo intercâmbio contínuo, subsidiando a Coordenação com informações que ajudem a corrigir rumos, readequar metas, apontando os ajustes necessários, reunindo e organizando informações fundamentais para a reflexão crítica do processo em andamento, mantendo o sistema de fluxo e refluxo dessas informações entre a Coordenação do Programa e os diversos atores e parceiros envolvidos, facilitando, enfim, uma adequada implementação dos processos em andamento.

É preciso que se diga que a avaliação não é neutra. Isso significa que fatos e resultados serão analisados tendo como foco um determinado conjunto de valores, neste caso, as referências conceituais e metodológicas e o ideário do Programa.

Uma palavra em relação à *Sistematização*. A sistematização, mais do que a organização e formatação de diversos materiais, *é uma reflexão crítica para obter as lições aprendidas*, que servirão para gerar novos conhecimentos, fortalecer as capacidades, compartilhar as aprendizagens com quem possa aplicá-las em suas próprias práticas e projetar melhor os processos futuros.

É importante diferenciar...

Sistematizar não é introduzir dados em um quadro ou em um documento de computador. A base da sistematização é o diálogo sobre atividades de formação para identificar aprendizagens. As cifras ou os dados podem ser úteis neste diálogo e na reflexão, mas a sistematização vai mais além, para saber o porquê se passou o que passou nos processos e eventos.

Sistematizar não é o mesmo que documentar. Nem sempre para se ter um documento é necessário fazer uma sistematização. Sistematizamos quando queremos identificar as aprendizagens, quando temos um interesse de conhecimento.

Sistematizar não é o mesmo que avaliar. Ainda que para reconhecer as aprendizagens interessa refletir sobre os resultados que se obteve e o porquê se produziu, o propósito da sistematização não é conhecer os resultados das ações, mas por que se deram os resultados.

Como *resultado da sistematização*, obteremos *Aprendizagens e Documentos ou Materiais de comunicação* para compartilhar estas aprendizagens.



10

GESTÃO E **COORDENAÇÃO** DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO

GESTÃO E COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO

A Gestão do Programa de Formação Continuada será realizada por instâncias de deliberação, decisão e operação e por instâncias consultivas.

- | | |
|--|---|
| COMITÊ
COORDENADOR
DO PROGRAMA | Responsável pelas deliberações políticas e estratégicas do Programa. Será constituído por um representante da SEPLAG, um representante do Núcleo Gestor do Sistema (Casa Civil) e outros membros representantes das instâncias designadas do Governo e/ou da Sociedade Civil. |
| GERÊNCIA
EXECUTIVA DO
PROGRAMA | Responsável pela operação e gerenciamento geral do Programa, devendo ser uma pessoa designada pela Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE). |
| CONSELHO
CONSULTIVO DO
PROGRAMA | Responsável pelo acompanhamento geral do Programa de Formação e instância maior de consulta em apoio ao Comitê Coordenador do Programa. Serão escolhidos membros representantes da Rede Cearense de Participação Cidadã e/ou egressos dos eventos de formação. |



11

ORÇAMENTO E FONTES DE RECURSOS

O Orçamento e as Fontes dos Recursos necessários à implantação e execução do Programa serão objeto de discussão e definição posterior por parte das instâncias de coordenação e gerência do Programa, com o envolvimento da Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGPCE).



>> Para fins de orçamento, deve-se considerar duas etapas de execução.

PRIMEIRA ETAPA

- Uma turma do Curso na Modalidade Presencial para os gestores públicos e atores sociais envolvidos na fase de implementação experimental, a realizar-se no período de janeiro a fevereiro de 2018 (membros do GT de coordenação, gestores e assessores de planejamento e comunicação das Secretarias selecionadas, Rede de Planejamento das 7 Secretarias.
- Desenvolvimento dos conteúdos do Curso a Distância no período de fevereiro a março de 2018, para execução até dezembro 2018.

SEGUNDA ETAPA

A segunda etapa seria a realização dos seguintes Cursos:

CURSOS NA MODALIDADE PRESENCIAL

- Destinados aos participantes das seguintes instâncias:
- Conselhos de Políticas Setoriais das 7 Secretarias da etapa II de implementação
 - Conselhos de Políticas Transversais
 - Rede de Planejamento coordenada pela SEPLAG (7 Secretarias acima)

CURSOS NA MODALIDADE MISTA

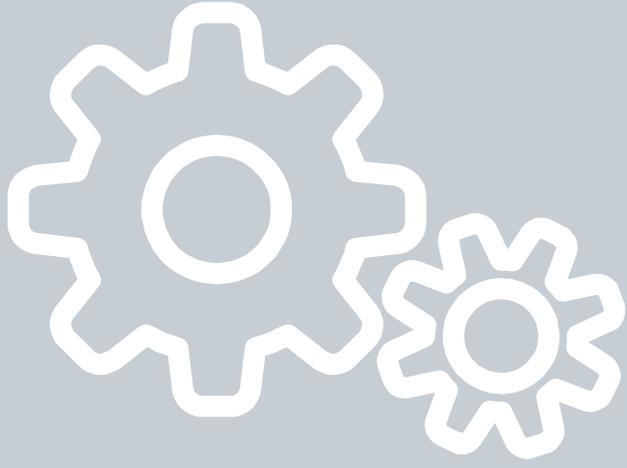
- Destinados preferencialmente aos participantes das seguintes instâncias:
- Governanças Territoriais nas 14 Regiões (Territórios).

CURSOS NA MODALIDADE VIRTUAL (A DISTÂNCIA)

- Disponibilizados para participantes da “Rede Cearense de Participação Cidadã” que não estejam inscritos ou não venham a se inscrever nos Cursos em modalidade presencial ou mista, dentre as seguintes instâncias:
- Comitês dos “7 Cearás”
 - Gestores (tomadores de decisão) de Secretarias Setoriais
 - Rede de Ouvidores
 - Gestores do Sistema de Participação Cidadã e da Plataforma Digital
 - Assessores de Comunicação das unidades do Governo

MÓDULOS COMPLEMENTARES

- Módulos Complementares nos Cursos de Formação para Gestores Públicos.





GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

PROJETO
PARTICIPAÇÃO
consórcio
IADH-DELOS
CIDADÃ



Projeto de Apoio ao
Fortalecimento da
Participação Cidadã
no Planejamento e
Monitoramento das Políticas,
Planos, Projetos no Governo
do Estado do Ceará

IMPLANTAÇÃO

PRODUTO 4

Plano de **IMPLANTAÇÃO**
do Modelo de Gestão
Participativa

AGO.2017

